

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PEDRO MORENO LIMA

**O SETOR PRIVADO DO ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO:
REPRODUÇÃO CRÍTICA, TRABALHO E EDUCAÇÃO**

Orientadora: Professora Dr.^a. Glória da Anunciação Alves

São Paulo
2022

PEDRO MORENO LIMA

**O SETOR PRIVADO DO ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO:
REPRODUÇÃO CRÍTICA, TRABALHO E EDUCAÇÃO**

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Professora Dr.^a. Glória da Anunciação Alves

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L732s Lima, Pedro Moreno
O SETOR PRIVADO DO ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO: REPRODUÇÃO CRÍTICA, TRABALHO E EDUCAÇÃO /
Pedro Moreno Lima; orientador Glória da Anuciação
Alves - São Paulo, 2022.
54 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Geografia. 2. Educação. 3. Espaço Urbano. 4.
Ensino Superior. 5. Território. I. Alves, Glória da
Anuciação, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

As reflexões desta pesquisa se iniciaram objetivamente em 2019. No entanto, as conversas sobre a política, a geografia e a história sempre foram estimuladas em casa. Ainda, sem o apoio para estudar geografia, uma área desvalorizada no Brasil, minha formação seria outra. Por este motivo, inicio homenageando minha mãe, minha referência, Patricia, professora de história da rede básica estadual, cuja presença foi e continua sendo fundamental em minha vida.

À minha irmã, Raiza, melhor amiga, pela compreensão e força nos momentos de dificuldade. À minha companheira, Lara, também geógrafa, pelos infinitos momentos de alegria e pela paciência em discutir este trabalho. Aos meus bichos do coração: Manu, Belinhas, Lua, Carmela, Moqueca, Maia e Scar.

Aos meus amigos e companheiros de graduação: Larissa, Francis, Teresa, Leonardo, Livia, Balla, Guilherme, Eddy, Enzo, Renato, Zé, Dan e tantos outros cujos caminhos se cruzaram na FFLCH. Meus parceiros que continuam unidos há quase uma década, desde tempos escolares: Pepeu, Gui, Leo, Arthur, Thiago, Neimer, Felipe, Gustavo, Victor, Carol, Matheus.

À minha orientadora, Glória, que desde o início apoiou a ideia do tema da pesquisa pela iniciação científica, e sempre esteve presente e gentil. Aos professores do Departamento de Geografia, que possibilitaram uma formação crítica e receptiva, alguns deles: Rita, Anselmo, Larissa, Simone, Carlão, Padovesi.

Este trabalho foi desenvolvido, em grande parte, durante a Pandemia. Foram tempos difíceis política e sanitariamente, e sem a presença destas e tantas outras pessoas que preenchem uma vida, nada disto seria possível. Concluir este trabalho encerra um ciclo, mas não as memórias e amizades nele formadas.

RESUMO

LIMA, Pedro Moreno. **O setor privado do ensino superior no município de São Paulo: reprodução crítica, trabalho e educação.** Trabalho de Graduação Individual (TGI). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2022.

O presente trabalho investiga a expansão do ensino superior privado no município de São Paulo, tendo em vista a relevância para o setor, com prioridade para o período que se inicia na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996. A fim de melhor compreender este fenômeno, foi realizado levantamento bibliográfico de artigos que tratam do setor e coletado dados estatísticos e de localização que possibilitaram a elaboração de um produto cartográfico de distribuição espacial das Instituições de Ensino (IES) e suas modalidades (presenciais ou a distância). As conclusões, a partir destes dados, se situam em torno de reflexões acerca da educação enquanto complexo social e as formas pelas quais se estabelece na sociabilidade capitalista, levando em consideração o espaço urbano e suas possibilidades de uso por parte das IES.

Palavras-chave: Mercantilização; Neoliberalismo; Território.

ABSTRACT

LIMA, Pedro Moreno. **The private sector of higher education in the city of São Paulo: critical reproduction, work and education.** Trabalho de Graduação Individual (TGI). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2022.

The present work investigates the expansion of private higher education in the city of São Paulo, considering its relevance to the sector, with priority for the period that begins with the enactment of the Law of Directives and Bases of 1996. In order to better understand this phenomenon, a bibliographic survey of articles dealing with the sector was carried out and statistical and location data were collected that allowed the elaboration of a cartographic product of spatial distribution of Education Institutions (HEIs) and their modalities (face-to-face or distance). The conclusions, from these data, are situated around reflections about education as a social complex and the ways in which it is established in capitalist sociability, taking into account the urban space and its possibilities of use by the HEIs.

Keywords: Commodification; Neoliberalism; Territory.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Unidades por modalidade de ensino 23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de desocupação, 2012 - 2022. IBGE 39

Gráfico 2: Rendimento médio, 2012 - 2022. IBGE 40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relatório 2T22, Cogna. 43

Tabela 2: Relatório 2T22, YDUQS 44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: OS SENTIDOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR RUMO À PLENA MERCANTILIZAÇÃO	15
1.1 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DE 1996: UM NOVO IMPULSO	15
1.2 O PÚBLICO NA EXPANSÃO DO SETOR PRIVADO	18
1.3 LOCALIZAÇÃO: ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 2: DA CRISE DO CAPITAL À MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	
25	
2.1 O ENSINO A DISTÂNCIA COMO NOVA ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO	
25	
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CENTRALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL NO SETOR EDUCACIONAL	28
2.3 CENTROS E CENTRALIDADES	30
2.4 O FETICHE EDUCAÇÃO-TRABALHO E A REPRODUÇÃO CRÍTICA	33
CAPÍTULO 3: A SALVAGUARDA DAS CORPORAÇÕES PRIVADAS E ATUAL SITUAÇÃO DO SETOR: PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E O GOVERNO BOLSONARO	37
3.1. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO SETOR	37
3.1.1. COGNA	41
3.1.2. YDUQS	42
3.1.3. SER EDUCACIONAL	44
3.1.4. ÂNIMA	44
3.1.5 PERDÃO DE DÍVIDAS DO FIES: PARA UM NOVO CICLO?	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil passou por profundas mudanças nas últimas décadas, desde programas públicos de financiamento estudantil à indissociável expansão de empresas privadas, entre elas a *holding* Cogna Educação, uma das maiores do ramo de educação no mundo. As possibilidades de inserção da população na educação superior foram alteradas tanto ao longo dos governos militares quanto nos governos democráticos. Entretanto, sua expansão não acontece de maneira autônoma, explicada por si mesma ou por fatores puramente endógenos. Ela está intimamente ligada à integração do Brasil em propostas de cunho mundial, ou pelo menos atadas ao sistema hegemônico. Esta ligação é sempre permeada pelas necessidades produtivas e financeiras, que são evidenciadas nas cidades grandes.

Sabemos que as IES privadas atuam de acordo com orientações de Instituições Financeiras Internacionais em suas propostas de modernização e redução de gastos. Também sabemos que sua expansão acontece em todo território nacional. Entretanto, um problema persiste: quais são os espaços privilegiados de análise neste caso? Quando Iná Elias de Castro (2000) afirma que “todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada”, consideramos que este fenômeno tem um peso muito maior nas cidades grandes e médias. Isto se deve a dois fatores principais: a disponibilidade de um mercado consumidor que atenda às expectativas da empresa e o vínculo desta com o território no sentido da produção. Apesar de também existirem instituições do tipo em cidades pequenas e até mesmo no meio rural, o crescimento nas maiores cidades é o mais intenso. Desta forma, concluímos que a pesquisa deve se limitar ao espaço do município de São Paulo por ser capaz de absorver estas IES e, considerando estudos futuros, representar um processo que não se limita à Cidade, como coloca Santos (2005, p.103) quando afirma que “estamos diante do fenômeno de uma metrópole onipresente”. Vale destacar que apesar da atenção especial a São Paulo, serão analisados leis e programas do Governo Federal que possibilitaram o crescimento do setor, mais uma vez, evidenciado na cidade.

Muitos autores, entre eles Agapito (2016), afirmam que em 1964, em um discurso de qualidade, facilidade e praticidade, iniciou-se a mercantilização da educação

brasileira. Especialmente após a Reforma Universitária de 1968, o predomínio da educação superior no Brasil passou para o setor privado. Esta reforma deveria buscar a complementação do ensino superior pela iniciativa privada, tendo as instituições públicas como responsáveis pelo maior número de matrículas. Entretanto, o observado foi o inverso: em relação ao número total de matrículas, as instituições privadas rapidamente ultrapassaram as instituições públicas. Na década de 1960, o total de matrículas em cursos de graduação presenciais em instituições privadas era de 47.067, o que representava 41,4% do total. Já em 1970 este número passou para 213.865, 50,5% do total. Em 2010, 3.987.424 matrículas eram contabilizadas nos Institutos de Educação Superior Privadas, o que corresponde a 73,2% do total realizado (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016). Nota-se, portanto, que as IES privadas dominaram, em número de matrículas, a educação superior brasileira nas últimas cinco décadas.

O governo FHC se inicia com uma reforma de estado, cujo modelo foi definido no documento “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”. A fim de poder concentrar os esforços nos serviços públicos, o Estado deveria se afastar de atividades que pudessem ser realizadas pela iniciativa privada (CHACON; CALDERÓN, 2015). Assim, a política estatal procurou realizar grandes privatizações e abrir margem para a atuação da iniciativa privada em quaisquer serviços possíveis.

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB), que possibilitou, segundo Agapito (2016), a “flexibilização, descentralização e pluralidade do ensino”, ajustes sugeridos sob orientação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Promulgado em 1999, o Fies, que viria a substituir o antigo Crédito Educativo, veio a proporcionar a expansão do ensino superior por meio do financiamento público de estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino.

Compreende-se que, a partir da LDB de 1996, um novo caminho foi aberto para a expansão deste tipo de ensino. Tratou-se da flexibilização do sistema, com possibilidade de inserir instituições nas Bolsas de Valores e credenciarem-se como entidades com fins lucrativos. Este marco jurídico formaliza relações estabelecidas entre Estado e Instituições Financeiras Internacionais, como o Fundo Monetário

Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para atender alguns dos requisitos de acesso ao crédito, além de constituir parte da integração do Brasil ao neoliberalismo e, portanto, ao sistema financeiro reorganizado após a crise de 1973. Como afirmou PEREIRA (2017, p. 76)

[...] a educação, principalmente o ensino superior, passou a ser alvo de disputa do capital. Cristalizada como um artigo mercadológico, a partir de propostas da Organização Mundial do Comércio, o setor foi amplamente debatido em fóruns econômicos pelos organismos internacionais. Como dito anteriormente, evidenciou-se na documentação do Banco Mundial e de outras organizações congêneres, que a educação superior passou a ser compreendida como um setor atrativo para o investimento e a acumulação capitalista.

O Prouni e o FIES, após a promulgação da Lei nº 11.906/2005, tornaram-se parte da estrutura a qual o sistema de ensino superior privado se assenta. Ao longo dos anos, a parcela de alunos ingressantes pelos programas aumentou, de forma que a dependência das Instituições de Ensino Superior (IES) para com estes programas também aumentou. Ao passo que o Prouni oferece bolsas integrais e parciais de estudo, o FIES garante um financiamento que o estudante deverá quitar após a formatura. Este pagamento é realizado ao Estado, o que significa que estas IES garantiram alunos financiados por um credor extremamente confiável: o Estado Brasileiro. Em 2019, por exemplo, 47% dos estudantes (FIES) estavam inadimplentes¹. As IES, entretanto, tiveram suas matrículas e mensalidades pagas pelo Governo Federal, enquanto os estudantes contraíram uma dívida para com o Estado.

O Ensino a Distância (EaD) ganhou grande expressividade e hoje sua adoção é tendência na maior parte das IES privadas. O início de sua expansão de forma significativa acontece a partir dos anos 2000, quando o número de matrículas é de pouco mais de 6 mil, passando para 1,7 milhão em 2010. Os polos EaD possibilitam o acesso a um ensino de baixo custo, onde os estudantes não precisam se deslocar de suas casas, assim como exige da instituição um baixo investimento em infraestrutura - laboratórios e bibliotecas - e em mão-de-obra, promovendo um sucateamento deste nível de ensino (MANCETO; VALE; MARTINS, 2015). O EaD parece constituir a nova estratégia de acumulação que, possibilitando a

¹

<http://abmes.org.br/public/index.php/noticias/detalhe/3319/fies-completa-20-anos-com-47-dos-atauis-estudante-s-inadimplentes>

redução de gastos das instituições, aumenta sua margem de lucro e garante a expansão da rede de ensino. Segundo o Ministério da Educação², 1.592.184 de estudantes, 43,8% do total, estão matriculados em cursos na modalidade EaD. Estes cursos são oferecidos em unidades de caráter variado. A maioria encontra-se ofertada nos chamados polos EaD onde, eventualmente, o aluno realiza alguma prova ou aula prática. De maneira geral, estes polos são de baixo custo de manutenção e podem ampliar-se com bastante rapidez.

A associação entre a expansão do ensino superior sob a tutela das Instituições de Ensino Superior privadas, somadas às orientações de Instituições Financeiras Internacionais, representa um enorme impacto na educação e seus propósitos, evidenciado nas cidades pelas suas condições específicas de uso e do papel que atua na reprodução do capital. As estratégias de ensino flexibilizado, EaD e de menor duração proporcionadas pelos governos militares e intensificadas nos governos democráticos é mais uma característica da nova face do ensino superior que merece um olhar mais atento.

Um problema metodológico persiste: que momento desta expansão deve ser analisado? Como afirmou Santos³, uma empiricização efetiva só pode ser alcançada através de uma periodização efetiva. Temos que a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, um sentido próprio da expansão das IES é estabelecido e se mantém até hoje, caracterizado pela financeirização e mercantilização do ensino.

Este processo de financeirização e mercantilização é uma das faces da disputa pelo acúmulo de riquezas que é extremamente acelerado na cidade graças às suas condições de produção e consumo. A cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção, ou seja, uma sociedade de classes (SINGER, 1998). Neste sentido, a constante transformação do espaço urbano tem como lastro as mudanças nas formas variadas de reprodução do capital. Por exemplo: a cidade de São Paulo já foi o grande centro industrial do Brasil, com a estética clássica das chaminés e dos bairros operários. Hoje as chaminés não estão mais no município, e o centro industrial se transformou em centro de comando de empresas, com as fábricas da Mooca, Belenzinho, Brás e Barra Funda sendo

² Sinopse Estatística da Educação Superior de 2019.

³ As Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Edusp, 6^a edição, 2008.

trocadas por grandes edifícios espelhados nas Avenidas Brigadeiro Faria Lima e Engenheiro Luís Carlos Berrini.

Se estas cidades adquiriram novos significados ao longo do tempo de acordo com as formas de reprodução do capital, isto significa dizer que o espaço urbano constitui uma das peças fluentes, fundamentais e que são, além de produção, reflexo dos atributos de uma economia em perpétua reinvenção pelas próprias contradições que se impõem. Torna-se claro que a cidade oferece condições e possibilidades diferentes de uso e ocupação, destacando a desigualdade dos serviços oferecidos em quantidade e qualidade, cujo fundamento desta distribuição é a localização. Portanto, as IES privadas não crescem meramente pelo maior interesse da população nos cursos superiores, nem por lapsos de uma consciência Desenvolvimentista por parte do Estado, mas também pelas possibilidades que o crescimento da população nas cidades grandes e médias oferecem ao capital, ou seja, um maior mercado consumidor disponível para o oligopólio da educação e o papel que estes sujeitos virão a ocupar na lógica do trabalho.

As grandes cidades são excelentes exemplos de como a capacidade acumulativa do espaço caracteriza a permanência da busca pelo lucro em determinadas regiões. A exploração de um ponto do espaço é fator legitimador moral, econômico e político de acumulação de investimentos. Sobre a constituição da cidade, segundo Ana Fani A. Carlos (2008, p.49)

[...] é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseado nos mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade, que impõe determinada configuração ao espaço urbano.

A cidade concentra a produção de conhecimentos técnicos necessários à reprodução do capital. A institucionalização generalizada das disciplinas científicas, que resulta na criação de IES ao redor do mundo, inclusive no Brasil, principalmente durante o século XIX, aliadas ao ideal positivista de desenvolvimento racional, expressam também a constituição de uma racionalidade própria do capital que tem em sua essência a demanda de reconhecimento das condições imediatas de produção e agilidade em promover mudanças pela sua própria estrutura caótica que tende ao colapso.

O Estado Brasileiro passou por um fortalecimento entre as décadas de 1930 e 1960. A partir deste último momento, a ideia de crise de Estado é promovida por uma noção de crescimento exacerbado, sendo, portanto, substituída a compreensão da importância do Estado por outra de peso burocrático, desperdício de recursos e criação de barreiras ao empresário e, consequentemente, ao emprego. Neste contexto, o solo fértil deixado pela crise de Estado deu lugar ao fortalecimento do neoliberalismo, concebido aqui como projeto político de “reengenharia do Estado” (WACQUANT, 2012) que atribui à livre iniciativa o fortalecimento das questões morais e econômicas.

Neste trabalho, portanto, o neoliberalismo não será tratado como mero sistema econômico em choque com o Estado Desenvolvimentista. A experiência brasileira, principalmente na educação durante os anos 2000, nos mostra a expressividade do Estado na sua reorganização e subordinação ao mercado. O Estado deve ser visto como uma das peças a serem remanejadas ao invés de destruídas pelo neoliberalismo. Assim, o mercado ganha um poder imenso, orientando a distribuição das infraestruturas e normas necessárias ao seu desenvolvimento.

CAPÍTULO 1: OS SENTIDOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR RUMO À PLENA MERCANTILIZAÇÃO

1. A LEI DE DIRETRIZES E BASES DE 1996: UM NOVO IMPULSO

O período escolhido para a análise inicia-se com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso. Esta lei estabelece um marco importante pois promove uma flexibilização do sistema: determina que as IES privadas podem credenciar-se como entidades *com fins lucrativos*, além da abertura dos programas de ensino a distância. Vale assinalar que não há um dispositivo legal que impossibilite o investimento de capital estrangeiro no setor, estruturando então um aparato jurídico que formaliza um nível superior de mercantilização do ensino. Considera-se que a partir de 1996, o Ensino Superior privado ganha um novo impulso para sua expansão. Segundo Cunha⁴:

Na segunda metade da década de 1990, já no governo FHC, a promulgação da LDB trouxe novos elementos ao processo meandroso aqui descrito. Ela reconheceu, pela primeira vez na legislação brasileira, a possibilidade de lucro para as instituições privadas de ensino: as particulares, no sentido estrito, definidas, implicitamente, por oposição às instituições privadas sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas).

Este novo aparato regulatório tem como objetivo uma nova forma de inserção da educação na lógica de mercado. Seria necessária uma definição clara do setor privado em suas categorias, em que para conseguir as isenções de impostos, uma série de normas deveria ser cumprida. Por isto o Estado trata de formalizar estas normas. Com o objetivo de tornar efetivamente a educação um novo mercado, com novos sentidos de produção e comercialização, seria necessário que alguns “privilegios” fossem suprimidos. Isto significa, portanto, que o fato de não estar isenta de taxações coloca a educação superior na mesma categoria de qualquer outro setor tradicional da economia. O autor demonstra que, ao promulgar-se a LDB/96, foi necessário estabelecer diálogos com o setor já existente, que até então não possuía fins lucrativos. O governo ofereceu a possibilidade de se alterar o estatuto jurídico destas companhias. Às empresas então existentes a escolha deveria ser feita: se manter filantrópica ou tornar-se lucrativa. Para cada um dos casos foram condicionadas possíveis submissões burocráticas que, por sinal, não seriam

⁴ CUNHA, Luiz Antônio . O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado, p. 816.

aprovadas sem muita barganha por parte do setor privado. A proposta governamental inicial previa uma certa transparência em termos fiscais por parte do setor privado, assim como concessões de bolsas a um público mais amplo que os atualmente beneficiados pelo Prouni. No entanto, o setor privado, tanto lucrativo como filantrópico, rejeitou as propostas iniciais, buscou processos judiciais para suspender tais condições e, após 4 anos, retornou ao debate com objetivos mais consolidados. No geral, trata-se de flexibilidade na prestação de contas ao setor público como pagamento de salários, receitas e isenções fiscais, além de possibilidade de escolha dos cursos que terão bolsas ofertadas. Isto é, maior autonomia e menos transparência ao setor privado, mesmo que envolvesse dinheiro público. Mais detalhes podem ser consultados em Cunha⁵.

Estas novas normas de funcionamento das IES se encontram no contexto da chamada Reforma do Estado brasileiro dos anos 1990, em que as políticas sociais passariam a ser nichos de lucro e rentabilidade do capital⁶. Este movimento é amplamente incentivado, inclusive como requisito para o país ter acesso ao crédito, por Instituições Financeiras Internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Isto significa que, por força do capital internacional e especulativo prevalecem, hoje, os princípios do mercado sobre todos os demais⁷.

As medidas adotadas na década de 1990 estão diretamente relacionadas ao cenário de crise econômica em que a América Latina se encontrava e que, como solução, foram adotadas as práticas definidas no Consenso de Washington (1989), como a desregulamentação, “recesso” do Estado, privatizações etc. Segundo Bandeira⁸,

[...] ao longo dos anos 90, quase todos os países da América do Sul (a Argentina, desde 1992, e o Brasil, a partir de 1994) passaram a ter déficit na sua balança comercial, em consequência, sobretudo, da desregulamentação da economia e da abertura unilateral dos mercados, intensificada com os acordos resultantes da Rodada Uruguai do GATT, sem que barreiras não-tarifárias (quotas, técnicas, sanitárias etc.) fossem instituídas, dificultando as importações, como faziam os Estados Unidos e outros integrantes da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento).

⁵ Ibid.

⁶ AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade, p. 128.

⁷ VALLE, Karla Fernanda; LEITE, Janete Luzia. Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta, p. 112.

⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul, p.144

As reformas liberalizantes propostas pelo Consenso de Washington tiveram sua origem na crise do capitalismo que se instaurou nos anos 1970 e na consequente necessidade de buscar uma solução para os países credores. Diante da economia fragilizada com as chamadas “crises do petróleo”, as economias dependentes viram sua capacidade de pagamentos de empréstimos fragilizada. Neste sentido, temendo a moratória dos países endividados, surgem as propostas de ajuste fiscal:

Diante deste cenário, McNamara, no final do exercício de sua gestão na presidência do Banco Mundial, criou, entre 1980-81, o primeiro grupo de empréstimos que visava o ajuste das economias dos países do terceiro mundo com o objetivo de fortalecer a balança de pagamentos por meio do uso mais eficiente dos recursos, cuja preocupação era a reestruturação destas economias⁹.

É neste contexto de crise prolongada desde os anos de 1970 que as propostas do Consenso de Washington surgem como possíveis soluções para a debilidade econômica da América Latina. Deveria se cultivar um espaço que fosse aberto ao mercado, supondo que o interesse internacional pela região fosse contribuir com o desenvolvimento se o cenário de liberalização fosse promissor. As Instituições Financeiras Internacionais detinham o poder de barganha do crédito, com a exigência de que os Estados latinos, incluindo o Brasil de FHC, concluíssem a estruturação do novo Estado Neoliberal.

Este novo espaço de negócios exigia que o mercado da educação fosse mais flexível, ágil na tomada de decisões e autônomo na oferta de cursos. Até 1996, apenas as Universidades tinham autonomia para criar e extinguir cursos, e após a promulgação da LDB, os novos Centros Universitários poderiam obter as mesmas prerrogativas das Universidades, com a diferença de que não há compromisso tão efetivo com pesquisa ou extensão. Em 1997, havia 13 instituições desse tipo, passando para 166 em 2007, portanto um aumento de 1.117%¹⁰. Consiste, portanto, em uma “universidade”, com sua autonomia, mas com menos responsabilidades.

O mercado ganhou, de fato, um novo impulso na área da educação durante o governo de FHC. A Reforma de Estado atingiu a rede federal de educação de

⁹ SILVA, Tatiana de Amorim Maranhão Gomes da. Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades, p. 37.

¹⁰ CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios, p. 489.

superior com cortes orçamentários que limitaram sua expansão¹¹. Sendo assim, o resultado das novas normas foi realmente eficaz em aumentar a participação privada na educação: em 1995 a oferta total de matrículas era de 39,8% em instituições públicas contra 60,2% nas privadas; em 2002 as instituições públicas contavam com 30,8% enquanto as privadas possuíam 69,2%¹². Ainda, nestes oito anos de governo FHC, o número de instituições privadas aumenta em 110,8%, passando de 684 em 1995 para 1442 em 2002¹³.

Sendo assim, a LDB de 1996 também consiste em um aparato jurídico de âmbito nacional que formaliza novas relações entre a educação superior e o mercado, de acordo com exigências advindas da crise do capital dos anos de 1970. As IES privadas e as possibilidades que surgem de sua expansão aparecem como parte de uma barganha que envolve os países centrais do capitalismo e as Instituições Financeiras Internacionais, buscando a integração fiscal do Brasil ao novo sistema que se consolidava, o neoliberalismo. É o momento onde um novo impulso e uma nova dinâmica se estabelecem para o mercado da educação.

1.2 O PÚBLICO NA EXPANSÃO DO SETOR PRIVADO

No governo de FHC, ao final de seu mandato, em 2001, foi criado o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Já no governo Lula, em 2004, foi criado o PROUNI, que garantiria bolsas integrais ou parciais para estudantes de baixa renda em cursos de IES privadas. Estas políticas de financiamento público se mantêm até hoje por meio de programas que implicam em vantagens financeiras para o setor privado, consistindo principalmente em isenções de impostos e a garantia de preenchimento de certo número de vagas, fundamental para a sustentação do setor frente à sua financeirização e consequente dependência de investimentos especulativos. A análise deste fenômeno conduz, ainda, a contradições que se acentuaram com o desenvolvimento do setor privado brasileiro. Enquanto os programas de financiamento promovem a expansão de instituições que, muitas vezes, não se orientam pela qualidade ensino, também fomentam o ingresso de

¹¹ CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Evolução da Educação Superior Privada no Brasil: da Reforma Universitária de 1968 à década de 2010.

¹² MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil de 1995-2010.

¹³ TRAINA-CHACON, José-Marcelo; CALDERON, Adolfo-Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula.

pessoas de baixa renda na educação formal, consistindo, portanto, em valiosas oportunidades de aprendizagem e qualificação profissional para estes sujeitos.

De acordo com a Lei nº 11.906/2005, responsável pela instituição do PROUNI, as IES que aderirem ao programa deverão oferecer, no mínimo, 1 bolsa para o equivalente a 10,7 estudantes pagantes. Como prevê a lei, as instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento. Em contrapartida, a IES que aderir ao programa terá isenção de uma série de tributos: I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; IV - Contribuição para o Programa de Integração Social.

As condições do programa se apresentam vantajosas para o setor privado. A possibilidade de aumentar o número de vagas somada à redução nos impostos a serem pagos garante um sobre lucro substancial que se torna, em certa medida, pilar fundamental da expansão destas IES privadas. Como mostraram Chacon e Calderón¹⁴, em 2004, antes da instituição do PROUNI, o total de matrículas nessas instituições era de 2.985.405. Já em 2010, o total era de 3.987.424 matrículas, sendo que 473.000 destas eram por meio do PROUNI. Ou seja, neste intervalo de tempo de seis anos, um milhão de novas matrículas foram efetuadas, sendo que aproximadamente metade destas ocorreu com o investimento público.

Um ponto fundamental para compreender o papel que os programas de financiamento público cumprem se encontra no total de vagas ociosas das instituições. Como mostrou Barros¹⁵, tratando do período 2005-2011,

o total de bolsas ociosas chegou a 427.438 em seis anos, o que equivale a 33,1% de todas elas. Até o primeiro semestre de 2011, o ProUni funcionava por meio de isenção fiscal em relação às bolsas oferecidas. Neste sentido, se a universidade oferecesse 100 bolsas, a redução nos impostos seria relativa a todas, mesmo que não fossem totalmente preenchidas. Isso demonstra que, neste período, o governo simplesmente deixou de arrecadar dinheiro.

¹⁴ TRAINA-CHACON, José-Marcelo; CALDERON, Adolfo-Ignacio. Op. Cit. p. 87.

¹⁵ BARROS, Aparecida da Silva Xavier. *Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades*, p. 373.

Em outras palavras, quanto maior o número de vagas, maior o desconto de impostos relativo ao número de bolsas oferecidas. Como foi mostrado por muitos pesquisadores, como Barros¹⁶ e Almeida¹⁷, os dados específicos sobre as bolsas concedidas, como o total de alunos bolsistas por curso, não são divulgadas abertamente.

Em 2005, pela primeira vez um grupo estrangeiro assume controle da maior parte de uma instituição brasileira: trata-se da aquisição da Anhembi Morumbi pela Laureate, no valor de 165 milhões de reais¹⁸. É, entretanto, a partir de 2007 que, segundo Agapito¹⁹, configura-se uma forma de expansão caracterizada pela compra e fusão de IES privadas do país e abertura de capitais na bolsa de valores, iniciando também a formação dos oligopólios brasileiros da educação. Trata-se das empresas listadas em bolsa de valores atualmente: Cogna, Yduqs, Ser Educacional e Ânima. A participação da bolsa de valores permite a arrecadação de capital que favorece a ampliação da base física da empresa (novos imóveis, equipamentos ou laboratórios) e possibilita a redução do preço das mensalidades, incrementando a competição no setor. Embora não seja o tema aqui trabalhado, vale mencionar a diversificação que estas empresas promovem no sentido de ampliar sua atuação não só no ensino superior, mas também na educação básica, tecnologias de ensino e materiais escolares.

Estas empresas mencionadas obtiveram um enorme crescimento a partir de 2007. Os programas de financiamento público tiveram participação considerável nesta empreitada. O PROUNI, como dito anteriormente, foi capaz de providenciar lucros imediatos e ainda garantir uma reserva futura de investimentos, o que aumenta a segurança dos especuladores das Bolsas de Valores. O FIES, da mesma forma, é fundamental para o setor privado pois, no caso de inadimplência dos estudantes, o responsável pelo ônus é o Estado. A ABMES²⁰, mostra que, tratando-se de contratos do FIES, em abril de 2019, havia 434,4 mil pessoas com dívidas, enquanto no mesmo período de 2020 havia 790 mil. Este é um nível de inadimplência que as IES

¹⁶ Ibid.

¹⁷ ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo.

¹⁸. Ibid., p. 65.

¹⁹ AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Op. Cit., p. 133.

²⁰<<https://www.abmes.org.br/noticias/detalhe/3860/numero-de-estudantes-inadimplentes-no-fies-tem-alta-88-57-durante-a-pandemia>>

privadas não são capazes de sustentar. Da mesma maneira, em 2007 as matrículas via PROUNI e FIES correspondiam a 13,1%, enquanto em 2014 passaram a 57,6% do total de ingressantes no ensino superior²¹.

Outro fato fundamental para a expansão foi o comportamento “empreendedor” dos executivos e equipes de gestão destas empresas. Almeida²², em sua tese de doutorado, apresenta detalhes das relações que os empresários do ramo estabeleciam, por exemplo, com alguns agentes do setor público. Ainda, o autor destaca que embora muitas instituições sejam credenciadas como *sem fins lucrativos*, seus executivos são capazes de abarcar grandes lucros e construir um patrimônio substancial usufruindo das isenções de impostos que este tipo de IES celebra, por exemplo a partir de cargos de alto escalão com remunerações exorbitantes, além de carros e imóveis em nome das empresas.

Estas novas fusões e ligações do setor privado da educação com as bolsas de valores e o capital estrangeiro consistem em tentativas de aumentar a rentabilidade das instituições. Esta procura pelo aumento do lucro é sustentada pela maior autonomia que as Universidades e Centros Universitários - responsáveis pelo maior número de matrículas entre os diferentes credenciamentos - possuem ao abrir e extinguir cursos. Isto representa uma agilidade na tomada de decisões que é crucial para o acúmulo de capital. É possível manejá-los segundo as novas ofertas no mercado de trabalho e as exigências de aumento do preço de tickets para sustentar suas finanças.

O mercado financeiro, especulativo, atento às novas tendências de consumo, rapidamente se agitou com o “boom” econômico do governo Lula e as novas possibilidades de financiamento público do mundo privado. Como mostrou Almeida²³,

No Brasil, a partir de 2006, cerca de 20 milhões de brasileiros passaram a pertencer à classe C. Em 2008, pela primeira vez na história do país, a renda dos 91 milhões de brasileiros que faziam parte da classe C foi maior que a soma da renda de integrantes da classe A e B. Por isso a euforia no mundo dos negócios, dada a massa financeira posta em circulação.

²¹ CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Op Cit., p. 10.

²² ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Op. Cit. Capítulo 2.

²³ Ibid, p.70.

A situação na época representou essencialmente uma oportunidade de lucro para o empresariado. O autor mostra que o ensino superior privado aparece para esta chamada “classe C” como um “elevador social”, uma possibilidade de melhoria na condição de vida de sujeitos que possuem restrições financeiras e de competição por uma vaga no ensino superior público, egressos de uma escola pública desvalorizada. Neste sentido, o setor lucrativo do ensino projeta nesse sujeito um potencial e abundante cliente: o aluno que na maioria das vezes trabalha durante o dia e estuda à noite, na expectativa de ao final do curso conseguir um emprego melhor que possa elevar sua qualidade de vida.

É possível notar, portanto, que o setor privado de ensino superior é historicamente dependente do financiamento público. Enquanto o Estado sustenta substancialmente as IES privadas, simultaneamente estrutura-se uma situação onde este setor se torna também mais frágil pela dependência. As duas últimas décadas foram marcadas por uma ampliação em série das normas que instituem novas possibilidades de estratégias para o incremento da rentabilidade no setor. Trata-se do Ensino a Distância, o investimento via Bolsa de Valores e os programas públicos de financiamento, PROUNI e FIES.

1.3 LOCALIZAÇÃO: ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO

Antes de se abrir uma nova unidade, as corporações buscam encontrar os locais com as maiores rentabilidades potenciais a partir de bases de dados que consideram relações de influência zonal, perfil socioeconômico de possíveis clientes etc. Atualmente, uma disciplina conhecida como Geomarketing ganha força entre as empresas por possibilitar esta investigação com muita precisão. Segundo YRIGOYEN (2003, p. 6)

El análisis geográfico de la realidad económico-social, a través de instrumentos cartográficos y herramientas de la estadística espacial, permite abordar cuestiones críticas y habituales de la distribución comercial, que podrían resumirse en la siguiente pregunta: ¿quién compra dónde?

O Geomarketing, portanto, consiste em uma forma de tratamento de dados cartográficos e estatísticos cujo objetivo final é a instalação de um negócio em um lugar onde os lucros sejam otimizados, considerando a circulação e os níveis de renda. O que se pretende considerar com isto é que a localização explicitamente faz

parte da lógica de reprodução das empresas. Os lugares não são escolhidos por acaso. Não buscamos aqui reduzir o debate sobre o urbano às questões de localização, entretanto consideramos fundamental reconhecer que há uma iniciativa por parte das firmas em buscar técnicas que permitam encontrar locais ideais para instalar seus serviços e isto constitui o movimento que mobiliza algumas das questões fundamentais da cidade, como a valorização imobiliária e a seletividade espacial.

No caso das Instituições de Ensino Superior privadas com fins lucrativos, diversas estratégias referentes à localização podem ser adotadas para adequar seus serviços às possibilidades que cada lugar constitui. Algumas destas estratégias são a diversificação dos cursos, a adoção de diferentes modalidades (presencial, EaD, etc.) e a adequação do custo do ticket (preço do curso). Por exemplo: uma Faculdade de Medicina possui um custo bastante elevado, tanto para a instituição quanto para o aluno. Caso a IES tenha interesse em ampliar o número de alunos, é possível abrir novos cursos de menor custo, por exemplo “Administração Hospitalar” na modalidade EaD. Ainda, se a intenção é reduzir gastos, algumas disciplinas podem ser adaptadas para o EaD. Estes exemplos representam um fenômeno que já está ocorrendo. A Cogna, maior holding do setor, está elaborando uma reestruturação de todos seus campi²⁴, como da Universidade Anhanguera, de tal forma que o ambiente presencial seja dedicado aos cursos mais caros, enquanto sua estrutura de ensino a distância seja direcionada aos cursos de menor valor. O preço médio mensal do ticket para cursos presenciais está em R\$ 783,00, enquanto para cursos EaD o preço é de R\$ 191,00²⁵. Isto significa que, para as grandes empresas que são capazes de mobilizar capital no sentido de ampliar campis e cursos, o EaD aparece como possibilidade efetiva de se instalarem em periferias e subcentros cujas populações possuem menor poder aquisitivo. Ou seja, expandem-se de tal maneira que o estudante não-bolsista deixa de ser exclusivamente aquele dos grupos de renda média e alta, possibilitando o acesso dos grupos de baixa renda ao ensino superior. Da mesma forma, os estudantes bolsistas não mais necessitam se deslocar diariamente para a região central de São Paulo para acompanhar os estudos. É possível que ele se matricule em um polo EaD de seu bairro, afinal o custo de manutenção destes polos é baixíssimo para a

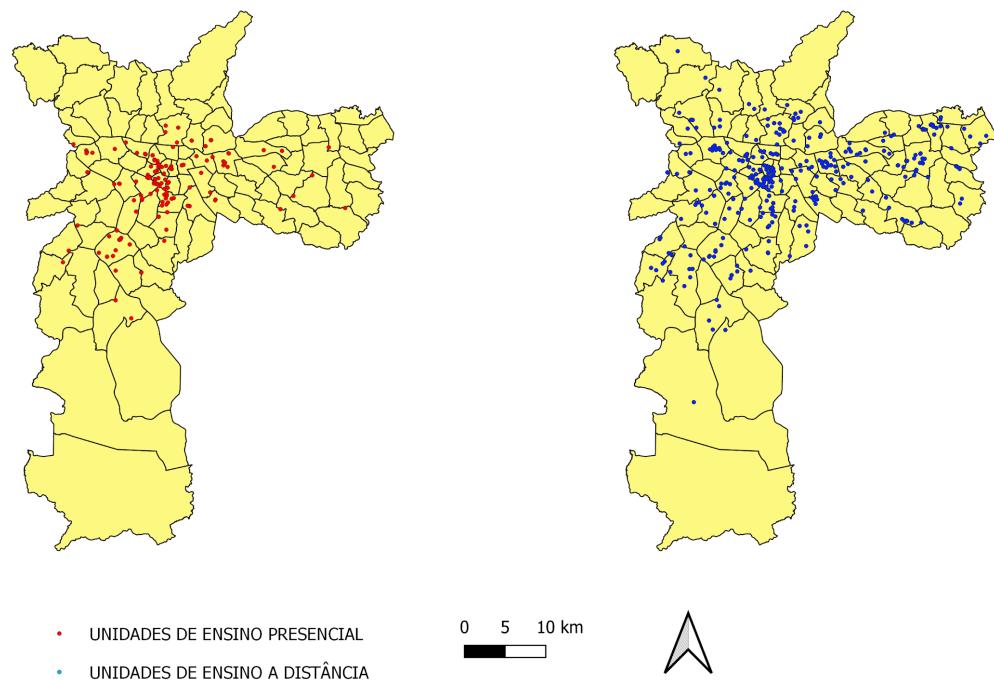
²⁴ <https://invest.exame.com/me/cogna-marketplace-de-ensino-e-reducao-de-campus-para-voltar-a-crescer>

²⁵ <https://www.infomoney.com.br/mercados/cogna-com-reestruturação-da-kroton-comecando-a-dar-frutos-e-novo-vilão-no-balanco-analistas-mantem-cautela-com-acao/>

instituição. Os polos EaD possibilitam o acesso a um ensino de baixo custo, onde os estudantes não precisam se deslocar de suas casas, assim como exige da instituição um baixo investimento em infraestrutura - laboratórios e bibliotecas - e em mão-de-obra, promovendo um sucateamento deste nível de ensino (MANCERO; VALE; MARTINS, 2015). Como afirmou Naomar Almeida Filho (2016, p. 26)

[...] ao concluir fusões e aquisições, disfarçadas como parcerias para burlar nosso incipiente sistema de regulação e controle institucional do setor privado de ensino, o primeiro movimento é sempre reduzir custos e otimizar rentabilidade. Na prática, isso significa desativar programas de maior custo operacional, massificar matrículas em cursos de retorno financeiro garantido e, o que é bastante comum, demitir doutores e contratar professores “horistas”.

UNIDADES POR MODALIDADE DE ENSINO



Mapa 1: Elaboração própria a partir de dados do Cadastro Nacional do MEC (2020).

Por meio do mapa 1, nota-se que a modalidade de ensino EaD garantiu a expansão destas IES para outras áreas da cidade, periferias e seus subcentros, próximos às estações de metrô, terminais de ônibus e ruas comerciais. Algumas destas IES são a Educamais, Anhanguera, Senac e Unicsul, com polos EaD em Guaianazes, Itaim

Paulista, Campo Limpo e Capão Redondo. Estes subcentros, segundo SPOSITO (1991, p. 4),

podem ser caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas. Na maior parte das vezes, surgiram em áreas distantes do centro e de densidade habitacional alta, constituindo-se centros “regionais” no interior da estrutura urbana, e pequenos nódulos de convergência de transporte coletivo.

Desta forma, nota-se que estas unidades se vinculam aos subcentros periféricos em uma estratégia de reprodução que expressa desigualdades e contradições constituintes da produção capitalista do espaço urbano e da lógica centro-periferia.

CAPÍTULO 2: DA CRISE DO CAPITAL À MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

2.1 O ENSINO A DISTÂNCIA COMO NOVA ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO

Embora o crescimento desta modalidade só tenha se iniciado efetivamente quatro anos mais tarde, foi a LDB de 1996 garantir a flexibilização na abertura de programas de ensino a distância (EaD). Como mostrou Agapito²⁶, trata-se de “uma modalidade lucrativa para o setor privado, pois possui baixo custo de manutenção e atrai um público consumidor que historicamente teve a força de trabalho subsumida pelas determinações da acumulação capitalista”. O EaD consiste em ampla maioria de aulas e atividades realizadas virtualmente, com eventuais encontros presenciais em algum dos chamados “polos de ensino”, ou em alguns casos em unidades sede que contenham infraestrutura para esta modalidade de ensino.

Em 2000, constavam apenas 1.682 matrículas na modalidade. Em 2010 chegou a 930.179 matrículas efetuadas, sendo que 748.577 (80,48%) destas eram da rede privada²⁷. Por fim, em 2019 o total de matrículas da modalidade foi de 1.559.346 contra 1.509.791 de matrículas na modalidade presencial. Desta maneira, enquanto em 2018 o EAD correspondia a 40% das matrículas, em 2019 trata-se de 50,7%²⁸. Podemos dizer que 2019 foi “o ano da virada” na configuração espacial do ensino privado. É possível acrescentar que, dada a Pandemia do Coronavírus que impossibilitou o ensino presencial, com raras exceções, a modalidade EAD deve crescer mais comparada àquela, embora o Censo da Educação Superior de 2020 não tenha sido ainda divulgado no momento em que este trabalho é escrito.

As matrículas privadas no país em 2019 somaram 6.523.678, sendo que o município de São Paulo concentrava 1.704.555 destas²⁹. Isto evidencia a importância que determinados espaços podem exercer no contexto de expansão do sistema de IES privadas. Considera-se que o EaD estabelece uma possibilidade de uso estratégico do espaço com o objetivo de garantir a reprodução desta categoria empresarial. As estratégias - EaD, investimentos da Bolsa de Valores e

²⁶ AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Op. Cit., p. 129.

²⁷ BRASIL. MEC. INEP. Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior, 2010 e 2019.

²⁸ Idem. Censo da Educação Superior de 2018 e 2019.

²⁹ Ibid.

Financiamento Público - devem ser compreendidas como parte de uma estrutura específica - a reprodução capitalista - caracterizada pela busca de lucros cada vez maiores.

Com a pandemia do Coronavírus, o setor foi fortemente afetado pela impossibilidade de manter cursos presenciais, exigindo o fortalecimento de antigas estratégias. A Cogna, por exemplo, registrou uma queda de 59% no valor de suas ações na bolsa³⁰. Desta forma, buscando a retomada da confiança e apoio dos investidores, a empresa anunciou uma reestruturação completa³¹. Nas palavras do CEO da empresa, Rodrigo Galindo, “A mensagem que queremos transmitir ao mercado é que em 2021 ocorrerá uma inversão na tendência dos resultados consolidados da companhia. E estamos confiantes de que as metas anunciadas durante o Cogna Day deste ano são factíveis de serem entregues”. As metas anunciadas tratam da diminuição do ensino presencial, fechando campus de ensino com tickets baratos (ciências humanas e licenciaturas no geral), levando estes cursos para o EaD. Ao mesmo tempo, as unidades da modalidade presencial devem focar em cursos de tickets elevados (Medicina, Odontologia, Veterinária etc.). Nota-se que a estratégia descrita leva ao sucateamento do ensino em cursos de ticket menor, com o uso extensivo do EaD por polos de ensino de baixo custo, tornando portanto a modalidade altamente rentável. A questão para a empresa, portanto, não é o aprimoramento do ensino, mas das relações com o empresariado, no geral estrangeiro, que compra suas ações na Bolsa de Valores.

Considerando a importância do município de São Paulo na expansão do setor e das formas de ensino a distância em evolução, elaborou-se o *Mapa 1* buscando a compreensão desta configuração espacial que o setor assume. Temos à esquerda a distribuição das unidades de ensino que representam a totalidade do ensino presencial. À direita buscamos evidenciar todas as unidades que contam com ensino a distância. Desta forma, alguns locais, no geral sedes de universidades, podem contar com as duas modalidades de ensino no mesmo espaço estando, portanto, presentes em ambos os mapas, mas estes são minoria.

³⁰ RIZÉRIO, Lara. Cogna dá mais um passo em sua estratégia ao negociar compra de ativos da Eleva, mas ainda há obstáculos no caminho. Infomoney, 07/01/2021.

³¹ SAKATE, Marcelo. Cogna: marketplace de ensino e redução de campus para voltar a crescer. Exame, 14/12/2020.

As IES presentes no município variam em dimensão. A maioria das matrículas se concentra em Universidades e Centros Universitários, como mostrado anteriormente. Além disto, há um fenômeno de oligopolização e centralização, onde algumas poucas instituições dominam grande parte do mercado e do total de matrículas. No caso de São Paulo, as IES com maior número de unidades, incluindo polos de ensino presencial e a distância, são os Centros Universitários Estácio (Yduqs), Anhanguera (Cogna), FMU (Laureate) e Sumaré; as Universidades Santo Amaro, São Judas (Ânima), Paulista, Nove de Julho, Cruzeiro do Sul e Anhembi Morumbi (Laureate); a única Faculdade que figura entre as mais abundantes espacialmente é a Educamais. Optamos por destacar estas IES pela sua importância na configuração espacial que foi observada. As outras formas de organização acadêmica possuem, na maioria, uma ou duas unidades e no geral em localizações centrais da cidade.

Diante deste cenário, constata-se uma estrutura oligopolística no setor. Citamos anteriormente as empresas que estão listadas em Bolsa de Valores: Cogna, Yduqs, Ser Educacional e Ânima. Estas instituições estão presentes tanto em São Paulo quanto em outras cidades e regiões do país. Sendo assim, trata-se de uma estratégia de localização que tem como escala de ação o território nacional tendo como peça fundamental o município de São Paulo.

Por meio do mapa apresentado é possível observar que os polos EaD representam a estratégia principal de expansão espacial, graças ao seu custo baixo - acompanhado de precarização infraestrutural e do trabalho docente³². Por comparação, é notável que o ensino presencial se concentra principalmente nas áreas centrais da cidade, melhor abastecidas de infraestruturas de transporte, como terminais de ônibus e, principalmente, estações de metrô. Por outro lado, o ensino a distância surge como alternativa para posicionar a instituição em periferias, possibilitando uma dispersão espacial eficiente do ponto de vista empresarial.

A expansão destas IES pelo espaço é uma necessidade quando se busca a acumulação de capital. Nesta lógica, a fim de atingir o maior número de consumidores possível, muitas vezes se torna mais eficiente construir um polo EaD na periferia do que um novo prédio de ensino presencial no centro da cidade. Isto

³² AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Op. Cit., p. 129.

garante um ensino de baixo custo - precarizado - que se torna atraente para aqueles que dispõem de uma renda mínima.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CENTRALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL NO SETOR EDUCACIONAL

Relatórios de Referência, Bolsa de Valores, Investidores Anônimos, Capital Aberto. Estas palavras são comumente associadas aos setores tradicionalmente comerciais, como companhias de petróleo, automóveis e mineração. A educação passou a integrar esta lógica comum aos setores tradicionais há relativamente pouco tempo. O setor da educação tem esta postura mais bem definida após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996. A origem desta postura do setor se encontra na consolidação do neoliberalismo a partir da década de 1970. As Instituições Financeiras Internacionais - Banco Mundial e FMI - têm um papel ativo na mediação entre os projetos nacionais e a consolidação do neoliberalismo. Estas instituições produzem, então, uma série de relatórios e recomendações para os países mais afetados pela crise, sendo essas “orientações”, no entanto, parte dos requisitos para acessar o crédito internacional. Parte disso está na educação: novos métodos e formas de organização em todos os níveis de ensino, inclusive com a explícita inserção da educação na lógica do lucro, isto é, a formalização de uma nova fronteira de acumulação por meio deste novo setor. Segundo CHAVES e AMARAL (2016, p. 51)

Tal projeto, explicitado claramente pelo BM, vem sendo materializado por uma série de reformas educativas na América Latina, induzidas por meio de acordos estabelecidos entre esses organismos e os governos, e que possuem, entre suas finalidades, imergir a educação no mundo capitalista, que possui como prioridade a obtenção de lucratividade financeira.

Desta maneira, o setor se consolida como lucrativo e moderno, adentrando nas dinâmicas mais sofisticadas de gestão empresarial e financeirização. Parte significativa e até mesmo fundamental desta estrutura lucrativa se constitui a partir de demandas de programas públicos de financiamento estudantil - Prouni e FIES -, em um movimento contraditório em que, ao mesmo tempo que há inserção de populações de baixa renda no ensino superior, são fortalecidas instituições de ensino privadas de baixo prestígio acadêmico com fins exclusivamente lucrativos em detrimento de instituições públicas. Esta reconstituição do fio histórico que nos leva

à atual situação é importante pois através dela é possível compreender a transformação pela qual o setor passou, transitando de entidades sem fins lucrativos, de administração familiar em um primeiro momento para empresas lucrativas, listadas em bolsa, integradas em holdings. Segundo ALMEIDA (2012, p. 61), é com a entrada dos fundos de investimento e abertura na Bolsa de Valores que se encerra o período de administração familiar.

Portanto, trata-se de grandes instituições que, no geral, passaram pelos processos de fusão e aquisição que correspondem à centralização de capital no setor. Segundo PEREIRA (2017, P. 85)

No cenário brasileiro, até os anos 2000, as instituições de Ensino Superior privadas (IESP) se encontravam predominantemente sob o controle de mantenedores de natureza familiar. A partir de 2008, houve um aumento na quantidade de fusões e aquisições realizadas no setor privado de ensino por intermédio de empresários e de fundos de investimentos nacionais e internacionais. Nesse contexto, enquanto o Estado promovia políticas públicas de incentivo à expansão do Ensino Superior privado no país, as IESP de pequeno e médio portes passaram a perder espaços e a serem adquiridas pelas grandes empresas desse setor.

É importante destacar que esta concentração se dirige às holdings do setor, como a Cogna e Ânima, duas das mais relevantes. Estas empresas passaram por reestruturações administrativas, de forma que suas atividades são setorizadas, hierarquizadas e diretamente controladas por outras razões sociais. Por exemplo: a Cogna constitui uma holding, companhia principal. Uma de suas empresas subsidiárias é a “Kroton”, responsável pela atuação no ensino superior. A empresa subsidiária que atua na educação básica, por outro lado, é a “Somos Educação”. Entretanto, ambas são propriedade da Cogna, centralizadora e administradora das atividades do grupo. Danilo VOLOCHKO (2008, p. 66), em sua tese de doutorado, tratando sobre holdings do setor imobiliário, afirmou que

Os objetivos deste grupo controlador não estão voltados à produção de nenhuma mercadoria ou serviço específico, mas a centralizar o trabalho de direção das atividades. É importante ter em vista que esta forma de organização empresarial (holding) representa um dos estágios mais avançados de concentração de capital, e permite um controle de capital total bem maior que aquele referente ao seu próprio capital, possibilitando potencialmente a obtenção de elevados lucros.

Embora considerando outro setor, a afirmação do autor é relevante também no ramo da educação, pois trata-se de uma forma de organização comum às grandes corporações. Ou seja, a holding constitui uma prática típica da atual fase do

capitalismo, em que, dada sua crise estrutural, a otimização de lucros de maneira mais organizada caminha junto às tentativas de compensação da perda de produção de valor.

2.3 CENTROS E CENTRALIDADES

A localização, portanto, se desdobra na própria relação de produto-produção do espaço urbano. Isto é, ela é condição, meio e produto de uma lógica que se expressa na negatividade do centro por meio de sua articulação com as periferias. Segundo ALVES (2018a), a centralidade é um atributo do centro, e este, por sua vez, é o lugar de concentração das atividades econômicas, políticas e culturais. Em SPOSITO (1991, p. 2), a autora reforça a importância de considerar o centro como elemento integrador e fundamental na análise do urbano. Ou seja, é impossível pensar qualquer área da cidade sem articulação com seu centro. Isto se deve ao fato de que o centro é o principal espaço de reprodução da força de trabalho e um nó das infraestruturas. Isto é, trata-se de um articulador-irradiador de todo o espaço urbano. É claro que existem infraestruturas importantes distantes do centro ou sem conexão direta, mas estas se relacionam com aquele espaço. Aqui, o centro aparece como concentrador das atividades presenciais no ensino superior. Ao mesmo tempo, as atividades EaD se dispersam pelas periferias - em um movimento mais amplo de policentralização da cidade - graças ao desenvolvimento técnico que possibilita a expansão da rede de comunicações (internet).

Estas IES, no entanto, nem sempre se interessaram pelas periferias. Na atualidade, se vendo obrigadas a expandirem sua atuação, as companhias do setor têm como preferência para a instalação de unidades de ensino centralidades periféricas. Estes subcentros, no entanto, são formações relativamente recentes. Segundo DAMIANI apud ALVES (2018a, p. 116), a periferia é sempre provisória. Isto significa dizer que, no espaço urbano regido sob a lógica capitalista, os processos de (des)valorização impõem uma dinâmica de reprodução deste espaço, de maneira que áreas consideradas periféricas em algum momento podem se valorizar, da mesma maneira que áreas centrais podem se desvalorizar, em uma lógica bastante ligada ao mercado imobiliário. Segundo ALVES (2006; 2018a; 2018b), nos anos de 1970 a metrópole paulistana passa por um processo de implosão-explosão de seu centro, ligado ao processo de desenvolvimento da industrialização, onde as

periferias cresceram e cuja expansão se desdobra na formação de novos subcentros e centralidades. Mas estas periferias, subcentros e suas centralidades não são formas naturais do urbano. São constituídas historicamente, produto e condição de uma relação dialética centro-periferia que mobiliza processos de valoração desigual do espaço urbano em uma tentativa de reproduzir o capital em sua fase de crise estrutural. Isto é, as coisas são e estão não por acaso, mas por uma aparente lógica de reprodução social que necessita ser rearranjada nas tentativas de compensar sua crise. Nos termos de SPOSITO (1991), a *estruturação urbana* é a noção que garante a ideia de formação histórica na produção do espaço, ou seja, define não só as formas que estão postas, como também o sentido de uma ação ou formação destes espaços ao longo do tempo. Desta forma, temos que as coisas estão onde estão por motivos de constituição espaço-temporais que agiram no passado e continuam moldando as formas e produzindo novas relações. Enquanto parte do capitalismo em sua escala global, temos que as necessidades produtivas do capital compõem estas forças que produzem o espaço em suas relações conflituosas.

O desdobramento do centro em novas centralidades, algumas delas periféricas, se constitui no movimento de valorização-desvalorização desigual dos espaços urbanos. É neste sentido que a localização absoluta de um subcentro não revela os processos pelos quais este se formou. É necessário relativizar esta localização, de forma que se leve em consideração a relação deste espaço com os outros espaços da cidade. Esta relação pode ser explicada pelo conceito de Situação Geográfica. Segundo FIORAVANTI (2013, p. 53)

A situação geográfica ajuda a explicar a dinâmica da localização dos espaços em relação a outros espaços de acordo com momentos históricos, que envolvem o desenvolvimento das forças produtivas – com, por exemplo, transformações tecnológicas relacionadas aos transportes e à geografia da circulação – e elaboração de diferentes representações sobre os espaços.

Temos, portanto, que há processos históricos que atribuem a centralidade aos lugares. Estes processos são compostos pela dinâmica do capitalismo e, mais especificamente, por ações diretas naqueles espaços, como a construção de infraestruturas de transporte coletivo e shoppings etc. Em SPOSITO (1991, p. 5), afirma-se que “através da concentração de um conjunto de estabelecimentos voltados ao comércio e aos serviços, em uma nova localização, recria-se a centralidade”. Compreende-se, portanto, que a instalação destas IES em centralidades periféricas pode compor a dinâmica de valorização destes espaços.

O processo de expansão dos conglomerados educacionais e sua relação com o urbano constituem, portanto, a expressão de um momento específico da valorização do capital, a concentração. Segundo LENCIONI (2008, p. 11)

Por concentração entende-se o processo que faz expandir os meios de produção e de trabalhadores, ampliando, assim, a base da acumulação e confundindo-se com ela. Por isso, falamos em concentração de capital quando, por exemplo, uma determinada indústria compra mais máquinas para a produção ou quando aumenta o número de trabalhadores. Ou quando um escritório de propaganda e marketing contrata mais publicitários ou mesmo quando equipa o escritório com equipamentos de informática. As implicações desse processo no urbano são de diferentes naturezas, dentre elas, podemos lembrar a concentração das atividades econômicas que modificam, por exemplo, a malha urbana e a aglomeração.

Há, portanto, inserido na dinâmica urbana pelos fatores já mencionados, a concentração de capital por algumas empresas como Cogna, Yduqs, Grupo Cruzeiro do Sul e UNIP³³. Estas são instituições que ampliam enormemente sua atuação, com o crescimento da empresa, principalmente por unidades EaD. Isto é, trata-se de uma prática cujo objetivo é diretamente o aumento da produção de riqueza, que pode acontecer pela expansão do seu quadro de funcionários e unidades associadas às estratégicas de localização. No caso das IES privadas, pode-se afirmar que a estratégia reprodutiva pode se traduzir na concentração de capital e na necessária seletividade espacial de suas instalações de acordo com a hierarquização das centralidades na capital paulista. Em SPOSITO (1991, p. 6), considerando o nível de concentração de capital e a necessidade de ampliar o consumo por determinadas empresas

verificamos que são exigidas mudanças de caráter estrutural na organização interna destas áreas urbanas, para atender de um lado esta necessidade estrutural de ampliação do consumo individual, e do outro, e também pela razão exposta, aproximar-se dos consumidores de forma seletiva.

Ainda, constatando-se a formação de conglomerados por meio de fusões e aquisições no setor, consideramos que estamos diante de um processo avançado de centralização de capital. Nos termos de LENCIONI (2008, p. 12)

Centralizar é, acima de tudo, centralizar capitais. O processo de centralização constitui-se num processo em que frações individuais de capitais se associam, se fundem ou se reagrupam. A centralização é, a rigor, a abolição da autonomia do capital individual; ou seja, significa a expropriação de um capitalista por outro capitalista, que acaba por transformar capitais menores, num capital de maior magnitude. A centralização é, portanto, uma

³³ Os grupos são responsáveis por IES bastante conhecidas: Da Cogna, Universidade Anhanguera; Yduqs, Universidade Estácio de Sá; Grupo Cruzeiro do Sul, Universidade Cruzeiro do Sul; UNIP, Universidade Paulista.

reorganização na distribuição da propriedade dos capitais.

Temos, desta forma, que a centralização consiste não na produção de novas riquezas, mas em uma inovação de administração do capital. Trata-se, portanto, de uma condição qualitativa, mas que se relaciona diretamente com a concentração, pois a partir da centralização, amplia-se o capital disponível de tal forma que este capital supera o concorrente, resultando, então, na ampliação da base de reprodução deste capital.

2.4 O FETICHE EDUCAÇÃO-TRABALHO E A REPRODUÇÃO CRÍTICA

As manchetes são: “Pesquisa aponta que Brasil deve ter déficit de trabalhadores qualificados até 2023”³⁴; “Cinco em cada dez indústrias enfrentam a falta de trabalhador qualificado”³⁵; “Economia cria ‘inempregáveis’, diz FHC”³⁶. Quem são os “inimpregáveis”? Por que, em meio a um desemprego de 14,7%³⁷, há por parte das empresas dificuldade em contratar trabalhadores qualificados?

A Teoria do Capital Humano (TCH) ganha força a partir dos anos de 1990 com a inserção do Brasil no neoliberalismo. A teoria consiste em um alargamento da teoria do crescimento econômico. Nesta, leva-se em consideração a base física do capital. Entretanto, notou-se que havia incongruências nas correlações de alguns países. Isto aconteceria porque não foram levados em conta a escolaridade e qualificação dos trabalhadores (VIANA; LIMA, 2010). Ou seja, sinteticamente, consiste na ideia de que o desenvolvimento econômico poderia ser alavancado com o aumento da escolaridade. Neste sentido, baseado na TCH, o discurso da qualificação e escolarização como passaportes para a obtenção ou manutenção do emprego ganha força (MATTOS; BIANCHETTI, 2011, p. 1170). Será, portanto, que a educação realmente garante a inserção no mercado de trabalho? Ainda, se houver esta inserção, em que condições ocorrerá? Qual é a relação entre educação e trabalho?

Para responder estes questionamentos, é necessário inicialmente considerarmos o que de fato a educação representa em uma sociedade de classes. Na Ontologia de Lukács, o Ser aparece em diferentes esferas segundo sua complexização. Entre as

³⁴<https://www.contabeis.com.br/noticias/47747/pesquisa-aponta-que-brasil-deve-ter-deficit-de-trabalhadores-qualificados-ate-2023/>

³⁵<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/competitividade/industrias-enfrentam-falta-de-trabalhador-qua-lificado/>

³⁶<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc080427.htm>

³⁷<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

diferentes esferas, há sempre dependência com a anterior. Por exemplo: entre o Ser orgânico, há dependência para com o Ser inorgânico. Entretanto, essa dependência constitui diferenças essenciais que são denominadas “Salto Ontológico” (MACENO, 2019). O trabalho denomina uma outra esfera, mais complexa, o Ser Social. É a única categoria insuprimível na relação entre todas as etapas do Ser Social. É a partir dele que se constitui uma teleologia para com a natureza, de maneira que se busca através da transformação do natural atingir um fim determinado. É este processo que caracteriza o trabalho. O fim determinado aparece, portanto, como uma concepção pré-execução no Homem. Ou seja, antes de se executar o trabalho, o Homem reflete sobre o método e o fim do trabalho a ser realizado. A sociabilidade capitalista aliena o trabalho. Em outras palavras, o proletário não se identifica com o produto expropriado de seu trabalho. Pelo contrário, é a partir desta relação social que se fundamenta a exploração do trabalho no capitalismo.

Para Maceno (p. 40, 2019), a educação é um dos complexos do trabalho cuja mediação é ineliminável para a reprodução social. Ainda, segundo o autor (p. 48)

O que caracteriza a educação é que ela é o instrumento privilegiado para conservar e transmitir o patrimônio imaterial alcançado, a fim de assegurar que os homens vivam de modo socialmente desejado à continuidade da sociedade na forma histórica em que ela se apresenta.

Temos, portanto, que o trabalho e a consciência deste trabalho aparecem como determinantes na forma de sociabilidade, qualquer que seja esta. Neste sentido, a educação é então mediadora essencial da reprodução social. Nela são transmitidos valores e conhecimentos. Historicamente, enquanto complexo social do trabalho, esta educação tem sua gênese no trabalho alienado. Da mesma forma, a educação se insere em uma sociedade de classes de forma diferenciada. Ela é apropriada e sua transmissão é selecionada de forma que ao trabalhador resta o suficiente para a profissionalização e reprodução de determinada ordem social. Sendo assim, a educação e o trabalho aparecem como mobilizadores do capital e, portanto, tem em suas formas contraditórias um dos nervos da sociabilidade.

Neste sentido, não é possível afirmar a educação como alavanca do emprego dada a contradição imposta pela própria estrutura do capital. A TCH não leva em consideração particularidades históricas nacionais e nem a base física de reprodução do capital. A escolarização não é capaz de produzir trabalho. Em Ângela BORGES (2006), há a apresentação de uma série de dados que relacionam escolaridade e

(des)emprego. A autora demonstra que, no final da década de 1990, ocorre uma desestruturação do mercado de trabalho ligada à adesão, por parte do Brasil, ao neoliberalismo e às cartilhas de desenvolvimento das Instituições Financeiras Internacionais. Um dos produtos deste fenômeno consiste na redução geral dos salários, da disponibilidade de vagas de emprego e na desvalorização do nível de escolaridade. Enquanto amplia-se o nível de diplomados do ensino superior, aumenta também o desemprego. Estes diplomados, de fato, têm maior chance de conseguir um trabalho, entretanto, não significa que seja um emprego bem remunerado. Pelo contrário, algumas vagas de baixa remuneração anteriormente ocupadas por trabalhadores de nível médio ou de menor escolaridade passam a ser ocupadas por trabalhadores de nível superior com um salário até menor que o anterior. É importante reforçar que neste momento (década de 1990), a adesão ao Ensino Superior era ainda inferior à atualidade, entretanto, isto apenas reforça o argumento de que há um processo de crise estrutural que se expressa no desemprego, incluindo de diplomados, isto é, de trabalhadores de que supostamente possuem uma melhor qualificação, e redução geral do nível de salários. Nas palavras da autora, “estes diplomas perderam a capacidade de exorcizar o desemprego” (BORGES, 2006, p. 91). Em suma, se não há emprego, de que adianta uma qualificação geral elevada?

O capitalismo estruturalmente produz a subvalorização e o desemprego dos trabalhadores. Isto acontece porque há uma tendência estrutural de queda da taxa média de lucro, de forma que as medidas compensatórias giram em torno da expansão da base produtiva por meio da ampliação da composição orgânica do capital e aumento da exploração da mão-de-obra. Isto é, trata-se do aumento do capital constante (aquele que não é salário) na medida em que se mantém - em termos absolutos - ou reduz o capital variável (salários) (DAMIANI, 2006). Neste sentido, um número menor de trabalhadores é empregado no processo produtivo e estes mesmos trabalhadores empregados acabam por sofrer um aumento da exploração do trabalho, já que a quantidade de trabalho humano, aquele capaz de gerar valor, é cada vez menor em relação à força produtiva das máquinas, as quais não geram valor. Sendo assim, recai sobre os ombros de um número menor de indivíduos não só a manutenção de uma taxa média de lucro como também seu crescimento.

Estas considerações são importantes pois este processo estrutural de desemprego

não simplesmente coloca os trabalhadores fora do processo produtivo. Na verdade, estes trabalhadores marginalizados da produção desempenham um papel fundamental na reprodução do capital: a massa desempregada constitui um mecanismo de regulação de salários. Em um contexto social de desemprego generalizado, qualquer tipo de trabalho é aceito por questões de manutenção da sobrevivência por parte de uma parcela expressiva da população. Este fenômeno foi bem compreendido e conceitualizado como “exército industrial de reserva” por Marx. Como afirmou TRINDADE (2017, p. 226)

Em verdade, o desemprego remonta aos primórdios da existência do capitalismo. Como elucidou Marx, ao suceder-se a produção do sistema de metabolismos de segunda ordem, cria-se uma massa de trabalhadores desocupados, sobrantes, sob a ótica dos detentores dos meios de produção. Em suas palavras: “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (Marx, 1989, p. 731).

Este excedente do capital, portanto, atua como fonte de inseguranças para os já empregados e, também, como estímulo à competitividade e sujeição ao trabalho precarizado para os desempregados. Vale reafirmar, aqui, que o trabalho precarizado não é uma escolha para o trabalhador, mas uma necessidade para garantir sua sobrevivência em meio ao desemprego generalizado.

O que buscamos relacionar é o desemprego generalizado e a relativa elevação da qualificação como resultados de um mesmo processo e momento histórico específico. Ao passo que o desemprego se acentua, também há o estímulo ao aumento da qualificação por meio da expansão das redes de IES públicas e privadas, além dos programas de financiamento estudantil públicos. Segundo TRINDADE (2017, p. 236)

A acumulação flexível prescinde um novo tipo de trabalhador: no âmbito desse modo de regulação, a qualificação profissional ganha destaque e passa a ser exigida, como destacamos. Assim, os sujeitos acompanham esse movimento realizando o esforço de, mediante inserção no ensino superior (e não mais no técnico profissionalizante), atender ao perfil profissional solicitado (atributos e qualidades) para ter uma chance, ainda que reduzida, de adentrar no mundo do trabalho.

Há real aumento de qualificação da juventude, mas desacompanhada da empregabilidade. O discurso da Teoria do Capital Humano tende a deslocar a responsabilidade do desemprego para o trabalhador que supostamente não seria

qualificado o suficiente. Este discurso foi efetivamente adotado por parte do Estado e do marketing das IES privadas. Neste sentido, passa-se a buscar o diploma como tentativa que, de fato, pode contribuir com a obtenção do emprego. Para ARAÚJO FILHO (2010, p. 20) “Como resultado dessa tendência, o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores sem qualificação, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam e agregam o estoque de desempregados”. A contradição aqui é que este aumento da qualificação implica em uma redução dos salários gerais, da valorização do diploma e até mesmo da qualificação do trabalhador. Ou seja, o aumento da qualificação desvaloriza a si mesma no movimento mais amplo e geral da sociedade. O resultado é a criação de um exército industrial de reserva de maior qualificação, o que pressiona os já empregados à redução dos salários e instabilidade no emprego, ao passo que eleva a qualificação exigida para um trabalho de remuneração baixa, aumentando a produtividade do capital e a exploração do trabalhador.

CAPÍTULO 3: A SALVAGUARDA DAS CORPORAÇÕES PRIVADAS E ATUAL SITUAÇÃO DO SETOR: PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E O GOVERNO BOLSONARO

3.1. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO SETOR

Buscamos aqui sintetizar informações a partir de análises elaboradas pelas principais revistas econômicas do Brasil e dos EUA (pois algumas das companhias também abriram capital na Nasdaq), além da consulta dos relatórios fornecidos pelas próprias empresas. Não buscamos, no entanto, exercer o papel de um especialista em mercado. A intenção é constatarmos alguns aspectos básicos de suas finanças para compreendermos com maior rigor sua situação. Para isso, foram selecionadas as quatro empresas mais tradicionais do setor em matéria de gestão moderna vinculada ao capital portador de juros. São elas: Cogna (antiga Kroton), Yduqs (antiga Estácio), Ser educacional e Ânima. Procuraremos dimensionar os valores aos quais nos referimos durante o trabalho. É necessário considerar que o setor da educação, comparado a outros setores produtivos, apresenta uma dimensão de volume em receitas e investimentos menor, por exemplo, que as economias extrativista, de consumo gerais ou até mesmo bancárias, portadoras de juros. O BNDES, por exemplo, possui uma produtividade média de R\$ 4.085.653 por trabalhador; A Petrobrás possui em R\$ 2.888.683; A Cogna R\$ 166.861, portanto 4% da produtividade do BNDES ou 5,8 % da produtividade da Petrobrás.

Vale destacar que embora a quantidade de dinheiro público investido nestas companhias seja elevada, e contando com todos os privilégios quanto à falta de transparência adquiridos ao longo dos anos, no geral o setor da educação superior privada teve suas estruturas bastante abaladas com o agravamento da Pandemia. Foram registradas quedas bruscas no valor de suas ações, assim como planos emergenciais de corte de gastos.

Ainda, o setor da educação é fortemente determinado pelo cenário macroeconômico, como níveis de renda e emprego. Considerando o elevado desemprego no Brasil, assim como sua queda abrupta na renda média³⁸, temos que até mesmo os programas públicos de financiamento estudantil se tornam pouco atraentes.

³⁸ Gráficos 1 e 2. IBGE.



Fonte: "IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal"

"1 – Para \ "Situação da Variação em relação a três trimestres móveis anteriores (...) \ " e \ "Situação da Variação em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (...) \ ":

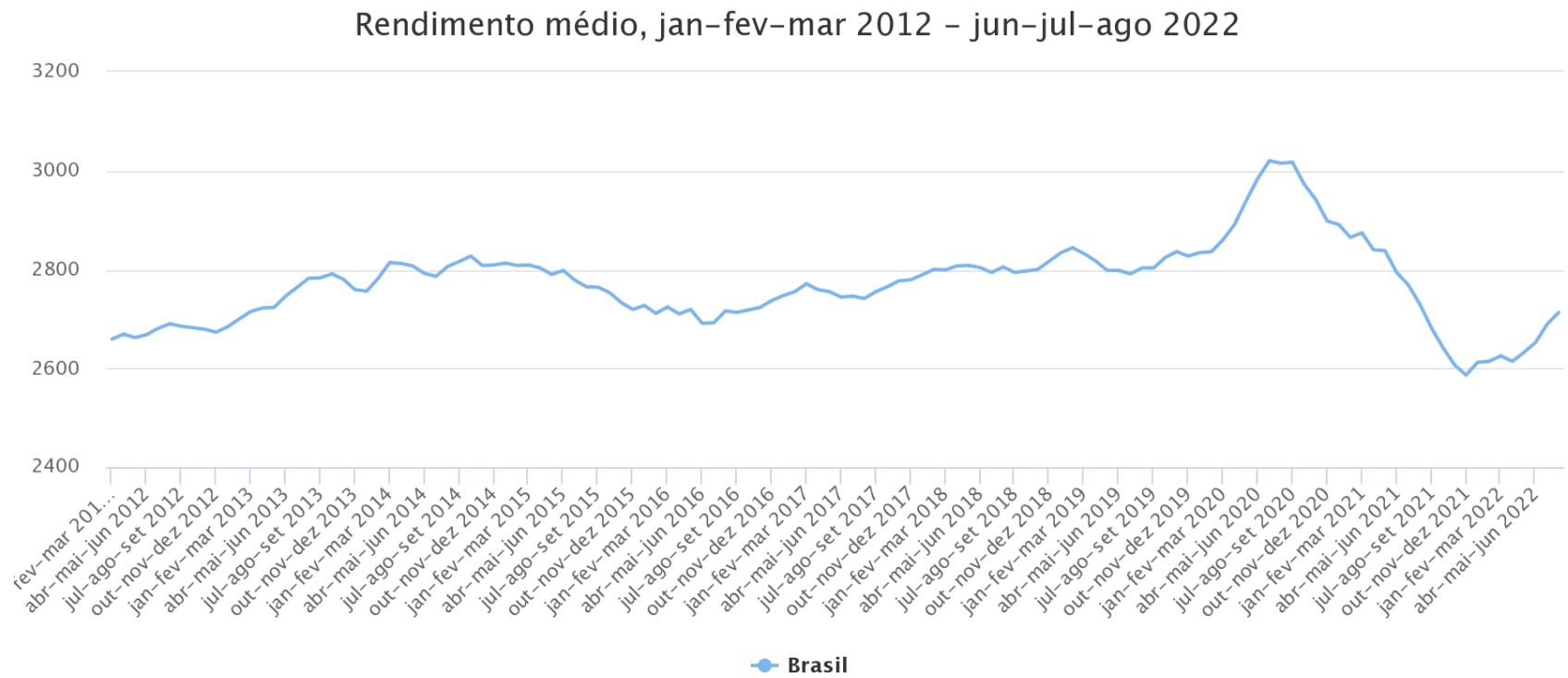
'Z' indica significância estatística considerando 95% de confiança;

'A' indica ausência de significância estatística considerando 95% de confiança.

2 – A partir de abril de 2016, um aspecto do conceito de desocupação foi alterado de forma a se adequar inteiramente à 19^a Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho – CIET, realizada em outubro de 2013, sendo o questionário ajustado. Com a alteração desse aspecto, passam a ser considerados desocupados aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência e que iriam começar a trabalhar em até 3 meses; os demais, isto é, aqueles que conseguiram proposta para começar a trabalhar após 3 meses da semana de referência, passam a ser contabilizados na população fora da força de trabalho. Anteriormente, eram considerados entre os desocupados todos aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência, independentemente do tempo em que iniciariam o trabalho que conseguiram."

Gráfico 1. Fonte e elaboração: IBGE.³⁹

³⁹ [Divulgação trimestral | IBGE](#)



Fonte: "IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal"

"1 – Para \"Situação da Variação em relação a três trimestres móveis anteriores (...)\" e \"Situação da Variação em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (...)\":

'Z' indica significância estatística considerando 95% de confiança;

'A' indica ausência de significância estatística considerando 95% de confiança.

2 – Para cálculo do valor real, é utilizado o deflator do mês do meio do último trimestre de coleta divulgado."

Gráfico 2. Fonte e elaboração: IBGE⁴⁰

⁴⁰ Idem.

As diferenças nas finanças de cada empresa são evidentes e isso deriva de estratégias comerciais específicas de cada uma delas. No entanto é também possível perceber que, na melhor das hipóteses, mesmo a mais produtiva das empresas não teve uma expansão acelerada. Não houve crescimento explosivo e tampouco consistente nos últimos dois anos do setor. Em todos os casos, as companhias passaram ou estão passando por reestruturações aceleradas em seus modelos de negócio decorrentes do cenário sanitário do país. Cabe também ressaltar que buscamos as informações mais atuais referentes às empresas, o que significa um cenário instável, já que lidamos com dados novos. Isto é, apesar dos dados serem novos, veremos que a pandemia confirma transformações que vêm ocorrendo de forma acelerada desde a promulgação da LDB/96.

Ainda, além das análises econômicas tipicamente liberais que, em última instância, podem fornecer algum entendimento mais amplo do fenômeno, buscaremos referenciar algumas informações disponíveis nos anuários estatísticos do ILAESE (Instituto Latinoamericano de Estudos Socioeconômicos, 2019 e 2021⁴¹), que promovem uma base de dados bastante completa e complexa relativa à exploração do trabalho para, em sequência, discorrermos brevemente sobre a situação do trabalho docente no setor. Os dados referentes, portanto, à exploração do trabalho, renda média do trabalhador e produtividade são de autoria do ILAESE. A exploração do trabalho pode ser calculada por meio da taxa de mais-valia. Segundo Damiani (2006) a taxa trata da relação entre trabalho pago e não-pago e, portanto, define a exploração do trabalhador. Para o proletário, a taxa de mais-valia aparece como horas trabalhadas “para si” e horas trabalhadas para o capitalista. Esta taxa pode ser calculada como:

$$TMV = \frac{MV}{CV} = \frac{\text{Trabalho excedente}}{\text{Trabalho necessário}} = \frac{\text{horas do trabalhador para o capitalista}}{\text{horas do trabalhador para sua reprodução enquanto tal}}$$

OU

$$TMV = \frac{MV}{CV} \times 100$$

⁴¹ [ILAESE - Anuário Estatístico do ILAESE: Trabalho & Exploração 2021](#)

Como veremos a seguir, as companhias apresentam uma homogeneidade bastante relevante tanto em termos de produtividade do trabalho quanto em estratégias de reprodução. A exploração do trabalho no setor, portanto, tem como característica uma taxa média de mais-valia que varia entre 100-200%. Ainda, o rendimento do trabalho gira em torno de R\$ 60.000-70.000 anuais. Todas as companhias listadas priorizam o EaD e os chamados segmentos “premium”, cursos de medicina e outros de alto valor. Vale destacar que, além de constituir um setor improdutivo da economia, isto é, cujo produto vendido é a atividade dos trabalhadores, e não uma mercadoria produzida por eles, as companhias reinvestem seus capitais em sua expansão e aplicações financeiras. Não se menciona em momento algum aspectos como aumento de qualidade de ensino, valorização da pesquisa científica e dos docentes e formas de permanência universitária.

3.1.1 COGNA

Temos na Cogna um dos casos mais emblemáticos de crise nas IES. A companhia já foi a maior do mundo no setor da educação e foi, também, a mais afetada no Brasil pela pandemia. As recomendações gerais do setor são de cautela quanto à Cogna, como demonstrado por análise da XP Investimentos⁴² e da Simply WallStreet⁴³. Isto é, em um primeiro olhar pode parecer que a empresa de alguma maneira conseguiu sobreviver à pandemia com menos prejuízos que o esperado, mas na realidade isto é fruto de uma reestruturação promovida pela empresa em que vários campus e unidades foram fechadas.

Como podemos observar nos relatórios divulgados pela companhia, seu desempenho é substancialmente menor se compararmos o 2º Trimestre de 2022 com 2019, o seu último ano de crescimento. Temos uma queda de aproximadamente 34% da receita líquida, assim como uma queda de aproximadamente 38% no lucro líquido.

A companhia reafirma a tendência em reorganizar sua estrutura, priorizando o ensino a distância.

Kroton segue sua jornada de crescimento de alunos nos dois segmentos, com maior concentração em Baixa Presencialidade, em linha com estratégia de escalabilidade e rentabilidade; A expansão de mais de 1.000 polos em 2021, tem influência positiva neste movimento acelerado e deve ter impacto crescente com a maturação desses polos nos próximos semestres; a Kroton acredita que diante de um mercado altamente

⁴² [Cogna \(COGN3\) - 1T22: Um longo caminho a percorrer, mas já na direção certa - XP Investimentos](#)

⁴³ [Does Cogna Educação \(BVMF:COGN3\) Have A Healthy Balance Sheet? - Simply Wall St News](#)

competitivo, com ofertas e descontos reduzindo os tickets de calouros, a estratégia mais adequada é a de maximizar a receita e de aproveitar o baixo custo variável oferecido pela digitalização dos cursos e pela escala da nossa operação.

Em 2021, a taxa de exploração do trabalho ficou em torno de 164%, o que significa que em uma jornada de trabalho de 8h, o trabalhador paga o seu salário em 3h02 e, portanto, as 4h58 de trabalho restantes consistem na mais-valia. Em 2019, a Cogna (então Kroton) apresentava um rendimento médio anual de R\$ 62.573 por trabalhador., sendo que a produtividade total média era de R\$ 166.861.

Consolidado - Valores em R\$ ('000)	2T22	2T21	% AH	1T22	% AH	1S22	1S21	% AH
Receita Líquida	1.155.299	1.152.560	0,2%	1.176.648	-1,8%	2.331.947	2.258.041	3,3%
EBITDA Recorrente ¹	355.058	318.730	11,4%	401.628	-11,6%	756.686	642.796	17,7%
Margem EBITDA Recorrente	30,7%	27,7%	3,1 p.p.	34,1%	-3,4 p.p.	32,4%	28,5%	4,0 p.p.
EBITDA	350.010	282.860	23,7%	428.576	-18,3%	778.586	619.855	25,6%
Margem EBITDA	30,3%	24,5%	5,8 p.p.	36,4%	-6,1 p.p.	33,4%	27,5%	5,9 p.p.
Lucro ajustado (Prejuízo)	(36.595)	28.031	-230,6%	55.292	-166,2%	18.697	62.868	-70,3%
Margem Líquida Ajustada	-3,2%	2,4%	-5,6 p.p.	4,7%	-7,9 p.p.	0,8%	2,8%	-2,0 p.p.
Lucro Líquido	(100.962)	(40.626)	148,5%	(13.107)	670,3%	(114.070)	(74.511)	53,1%
Margem Líquida	-8,7%	-3,5%	-5,2 p.p.	-1,1%	-7,6 p.p.	-4,9%	-3,3%	-1,6 p.p.
Lucro Líquido/ação	(0,09)	(0,04)	147,9%	(0,01)	684,5%	(0,10)	(0,05)	117,9%
Geração de Caixa Operacional (GCO) após Capex ³	112.505	27.471	309,5%	178.266	-36,9%	290.771	197.061	47,6%
GCO após Capex/EBITDA Recorrente	31,7%	8,6%	23,1 p.p.	44,4%	-12,7 p.p.	38,4%	30,7%	7,8 p.p.

¹ EBITDA Recorrente considera os juros e mora no resultado e exclui as despesas não recorrentes e reversões de contingências BA, resultado desconsidera as operações de escolas Saber que foram vendidas; ² Lucro líquido Ajustado pela amortização de intangível, mais valia de estoque, reconhecimento de perda no valor recuperável de ativos e baixa do ativo diferido. ³ GCO considera CAPEX orgânico e investimentos com M&A e Expansão e inclui operações de escolas.

Tabela 1. Fonte e elaboração: Cogna. Relatório 2T22.⁴⁴

Outro dado que evidencia as tentativas de reestruturação desta companhia é a sua redução de empregos. Ela consta em sexto lugar no ranking do ILAESE de variação negativa de emprego. Entre 2015 e 2020 a empresa reduziu, em números absolutos, 19.272 postos de trabalho. Não possuímos dados mais recentes, mas seguindo a tendência de reestruturação, este número em 2022 deve ser ainda maior.

3.1.2 YDUQS

Ao contrário da Cogna, a YDUQS produziu um crescimento de 18% em sua receita

⁴⁴[Arquivos - Cogna](#). Acesso em 17/10/2022.

líquida. Além disso, seu lucro bruto cresceu em cerca de R\$ 50 milhões. É importante enfatizar que um aumento pontual de receita não necessariamente indica lucro. Pelo contrário, pode indicar um “saldão” dos capitais da empresa, o que coincide com a estratégia de redução de campis. Aqui há destaque para o chamado “Segmento Premium”. Trata-se dos cursos de ticket mais caro, como medicina, que conta com mais de 6 mil alunos, e os oferecidos pela Ibme, instituição de alto valor. Estes cursos Premium, embora representem uma parcela pequena dos alunos, correspondem a cerca de 72% do lucro da empresa (descontando os valores aplicados em títulos financeiros e vendas de imóveis). Vale também ressaltar que os cursos presenciais são tidos como empecilhos para a empresa, pois são os “responsáveis” por sua estagnação financeira. O segmento digital atende cerca de 400 mil alunos, enquanto o presencial atende 270 mil. Como apontou o relatório BTG Pactual⁴⁵, a companhia continua estagnada e fortemente afetada pelo cenário macroeconômico.

(em R\$ milhões)	2T21	2T22	Δ %	1S21	1S22	Δ %
Receita Bruta	2.381,7	2.574,6	8,1%	4.438,7	5.028,9	13,3%
Mensalidades e outras	2.381,7	2.574,6	8,1%	4.438,7	5.028,9	13,3%
Deduções da Receita Bruta	(1.221,1)	(1.439,8)	17,9%	(2.195,7)	(2.701,0)	23,0%
Receita Líquida	1.160,6	1.134,9	-2,2%	2.243,0	2.327,8	3,8%
Custo dos Serviços Prestados	(501,2)	(531,6)	6,1%	(958,0)	(997,3)	4,1%
Lucro Bruto	659,4	603,3	-8,5%	1.284,9	1.330,5	3,5%
Margem Bruta (%)	56,8%	53,2%	-3,7 p.p.	57,3%	57,2%	-0,1 p.p.
Despesas Comerciais	(231,5)	(244,8)	5,7%	(483,2)	(515,5)	6,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(236,8)	(241,3)	1,9%	(457,7)	(482,2)	5,4%
Outras receitas/despesas operacionais	3,2	8,8	174,4%	9,0	12,6	40,3%
(+) Depreciação e amortização	154,6	179,0	15,8%	309,0	355,6	15,1%
EBITDA	348,9	304,9	-12,6%	662,0	701,1	5,9%
Margem EBITDA (%)	30,1%	26,9%	-3,2 p.p.	29,5%	30,1%	0,6 p.p.
Resultado Financeiro	(77,2)	(189,0)	144,7%	(182,7)	(333,3)	82,4%
Depreciação e amortização	(154,6)	(179,0)	15,8%	(309,0)	(355,6)	15,1%
Imposto de renda	(0,3)	(0,1)	-63,6%	(7,6)	0,5	n.a.
Contribuição social	(0,3)	(0,1)	-55,8%	(3,0)	(0,0)	-99,2%
Lucro Líquido	116,5	(63,3)	n.a.	159,7	12,7	-92,0%
Margem Líquida (%)	10,0%	n.a.	n.a.	7,1%	0,5%	-6,6 p.p.
Receita Líquida Ajustada⁽¹⁾	1.161,9	1.134,9	-2,3%	2.250,7	2.327,8	3,4%
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	353,8	336,9	-4,8%	678,0	737,2	8,7%
Margem EBITDA Ajustada	30,5%	29,7%	-0,8 p.p.	30,1%	31,7%	1,5 p.p.
Lucro Líquido Ajustado⁽¹⁾	137,7	(15,6)	n.a.	209,7	80,5	-61,6%
Margem Líquida Ajustada	11,9%	n.a.	n.a.	9,3%	3,5%	-5,9 p.p.

Tabela 2. Fonte e elaboração: YDUQS. 2T22.⁴⁶

⁴⁵ Yduqs (YDUQ3): Resultados do 2T22 | BTG Pactual (btgpactualdigital.com)

⁴⁶ Idem.

Esta companhia possui uma taxa média de exploração do trabalho de 183%. Ou seja, para cada 8h de trabalho, 2h50 são destinadas ao pagamento de seu próprio salário, enquanto o tempo de trabalho restante, 5h10, constitui a mais-valia. Ainda, em 2020, cada trabalhador teve como rendimento, em média, R\$ 69.526. O produzido, em média, por cada trabalhador é de R\$ 198.645. Desta maneira, 65% de tudo que produz se converte em trabalho não pago.

3.1.3 SER EDUCACIONAL

A companhia obteve um crescimento de destaque durante a pandemia. Sua base de alunos total aumentou em 45%, sendo que no caso do segmento digital o crescimento foi de 113%. Ainda, houve um barateamento do ticket médio em 18%. Seu lucro foi positivo, embora com uma queda comparada com 2021. Vale destacar que o lucro pontual não é uma referência absoluta à reprodução do capital, já que uma menor lucratividade pode ter origem na expansão da companhia, por exemplo por meio da aquisição de crédito que, a curto prazo, transforma seu ativo em dívida, essencial para a expansão do capital.

Outro ponto a se considerar é o papel que o curso de medicina exerce nas receitas da companhia: corresponde a 15% da receita líquida e 39% do EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização, ou seja, o lucro fruto da efetiva atividade fim da empresa, e não seus investimentos, aplicações financeiras e outras formas de renda derivadas, como aluguéis.).

3.1.4 ÂNIMA

O caso da Ânima parece ser o mais otimista entre os investidores. Este também é um caso de aumento total da receita e do número de alunos com queda do lucro. No entanto, esta queda do lucro, como afirmado em seu relatório trimestral, se deve ao investimento realizado na ampliação de sua base.

A queda do Lucro Líquido Ajustado se deve principalmente pelas maiores despesas financeiras, resultado dos empréstimos para viabilizar a aquisição das unidades em integração junho/21 e posterior subida do CDI para 13,25% até o final do 2T22. A partir deste trimestre, também apresentamos o impacto adicional em relação aos períodos anteriores da participação de 25% da DNA sobre o Lucro Líquido da Inspiral, conforme Fato Relevante divulgado em 31 de março de 2022.⁴⁷

⁴⁷ [Ânima - Relações com Investidores \(animaeducacao.com.br\)](http://animaeducacao.com.br)

A companhia, segundo alguns analistas, é a mais promissora em termos de estabilidade e consolidação para lidar com as consequências da Pandemia e o cenário macroeconômico atual⁴⁸. Ainda, temos neste caso a expectativa de separação da companhia em duas áreas: médica e não-médica, dada a lucratividade da primeira. A empresa apresenta um rendimento médio anual por trabalhador de R\$ 64.938 e uma taxa de mais-valia de 124%, ou seja, a cada 8h de trabalho, 4h25 constituem trabalho não pago.

3.1.5 PERDÃO DE DÍVIDAS DO FIES: PARA UM NOVO CICLO

O governo de Jair Bolsonaro propôs no ano de 2022 uma renegociação das dívidas do FIES. Os estudantes contarão com descontos sobre o valor total e cancelamento dos juros. Aqueles que possuem Cadastro Único e tenham se beneficiado do Auxílio Emergencial em 2021 receberão descontos ainda maiores, na casa dos 90% para pagamentos à vista.

Isto é, trata-se, novamente, de um processo contraditório. Na mesma medida em que os estudantes mais pobres terão a oportunidade de renegociar suas dívidas, “limpar” seus nomes, se encerra provisoriamente um ciclo de dívidas iniciadas há quase 20 anos, que foram responsáveis em grande medida pelo crescimento do setor privado sem nenhuma contrapartida para com o Estado.

É claro que sem um incremento real no emprego, renda e no desenvolvimento econômico nacional a população mais pobre sempre estará se endividando constantemente. Isso, no entanto, não é um equívoco dos programas públicos de financiamento estudantil. Trata-se, na verdade, da ideia original destes programas. Como mostra Cunha⁴⁹

Nova inflexão no desenvolvimento desse processo ocorreu no governo Lula, com o Programa Universidade para Todos. O PROUNI foi ao encontro da demanda de acesso ao ensino superior gratuito, não atendida pelas instituições públicas, e da determinação do Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001) de aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos, no ensino superior, de 12% para 30%, até o final da década, mas de um modo tal que a participação do setor público fosse igual ou maior a 40% do alunado.

Podemos ver que apenas uma parte da meta foi alcançada: aumentar a taxa de

⁴⁸ [Análise - ANIM3 - Ações - Ações Ânima Educação - XP Investimentos](#)

⁴⁹ Idem

escolarização. A contrapartida deveria ser manter boa parte do alunado no setor público. Isto não aconteceu. O setor público corresponde, hoje, à menor parte das vagas no ensino superior, sem que, no entanto, o setor privado ficasse para trás. Além de o Estado garantir a entrada constante de dinheiro público às corporações privadas por mais de duas décadas e com baixa transparência, estas instituições não buscaram em momento algum o incremento da qualidade do ensino e tampouco houve a pressão governamental no sentido de evitar as fraudes das IES privadas quanto ao Prouni.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos que o desenvolvimento da educação superior no Brasil está fundamentado essencialmente no que chamamos de fetiche educação-trabalho, fundamentado na teoria liberal do Capital Humano. Trata-se de afirmar que a educação seria o caminho para o desenvolvimento, o que é questionável até mesmo nos casos mais famosos de aceleração da economia no século XX. Ha-Joon Chang, autor sul-coreano, de uma nação conhecida como um dos “Tigres Asiáticos”, uma economia explosiva desde os anos 1980, afirma (2010, p 143):

Existem pouquíssimas evidências que demonstrem que um povo mais instruído acarrete uma maior prosperidade nacional. Grande parte do conhecimento adquirido na escola na realidade não é relevante para o aumento da produtividade, embora isso possibilite que as pessoas tenham uma vida mais gratificante e independente. Além disso, a concepção de que o surgimento da economia do conhecimento tenha aumentado decisivamente a importância da instrução é enganosa. Para começar, a ideia da economia do conhecimento em si é problemática, já que o conhecimento sempre foi a principal fonte de riqueza. Além disso, com a crescente desindustrialização e mecanização, as exigências de conhecimento talvez tenham até mesmo diminuído na maioria das ocupações nos países ricos. Mesmo quando se trata da instrução superior, que se presume seja mais importante na economia do conhecimento, não existe um relacionamento simples entre ela e o crescimento econômico. O que realmente importa na determinação da prosperidade nacional não é o nível de instrução das pessoas e sim a capacidade da nação de organizar pessoas em empreendimentos com uma elevada produtividade.

Ou seja, a educação, de maneira isolada, não produz uma economia sofisticada. O fato de existirem pessoas qualificadas não torna o ambiente de negócios mais desenvolvido. É claro que uma economia central necessita de mão-de-obra qualificada, no entanto não foi a existência de mão-de-obra qualificada que tornou esta economia central. E não estamos afirmando que a proposta de educação conduzida principalmente pelos governos FHC e Lula tinha como intenção tornar o Brasil uma economia central. Trata-se de compreender que o fetiche educação-trabalho não passa de um idealismo.

O que nos resta desta análise é a busca pela compreensão das peculiaridades pelas quais as contradições da reprodução do capital no Brasil foram conduzidas, configurando o atual cenário da educação. Vemos que, além de uma escala global, que inclui a própria crise estrutural do capital e a consequente imposição do neoliberalismo, a educação

passa por projetos nacionais e, na escala urbana, estratégias fundamentais para sua reprodução. É possível afirmar que, não fosse o caráter capitalista da produção do espaço urbano, a educação superior privada teria algumas de suas bases de expansão desestruturadas. Isto é, a própria reprodução do setor se assenta na segregação socioespacial, o que nos leva a investigar as contradições que compõem a Cidade, sem deixar de articular este fenômeno local com sua alma global.

Assim, têm-se as formas de reprodução como críticas em sua estrutura, nas suas contradições irreparáveis e irremediáveis, cujas medidas compensatórias acabam não compensando. Para reconhecer o caráter crítico da sociabilidade capitalista, é necessária a apreensão destas contradições e o reconhecimento de sua forma histórica, isto é, não natural. A cidade de São Paulo, enquanto espaço de complexização crescente, gera complexas redes, formas de consumo e centralidades. Portanto, as formas espaciais de acumulação se diversificam segundo uma lógica ampla de localização. Somadas às variáveis acima explicitadas, tem-se uma gama de possibilidades e estratégias de reprodução do capital. As infraestruturas de transporte coletivo orientam as movimentações em massa. As pessoas das periferias, no geral, não possuem o poder aquisitivo das que vivem nas áreas centrais. Isto significa que não há a menor possibilidade de implementar um comércio de alto padrão nas áreas mais pobres da cidade. No caso das IES, temos que as áreas centrais concentram as grandes instituições (PUC, FAAP, Mackenzie etc.) com segmentos Premium. As áreas periféricas restam os tickets baratos na modalidade EaD de instituições de menor prestígio acadêmico. Isto ocorre porque há a necessidade de ampliação do consumo de massa e concentração econômica. Ou seja, se busca a aproximação do consumidor de forma seletiva, o que é possível pela segregação socioespacial no interior de uma mesma cidade. Diferentes espaços de uma mesma cidade são diferentes nichos de rentabilidade ao capital que se apropria desta diferenciação interna de maneira lucrativa. As formas espaciais do complexo educacional se alinham à crise do capital e seu desemprego estrutural, de tal forma que a necessidade de reprodução de uma classe trabalhadora se torna lucrativa para as IES privadas, que tem na seletividade espacial e a expansão periférica na cidade elementos determinantes para a reprodução do setor. A fonte de riqueza destas empresas se torna, portanto, aquelas pessoas que buscam na qualificação profissional a garantia de emprego. Em outras palavras, busca-se a reprodução deste capital em uma das propriedades de sua própria crise: o desemprego estrutural.

Esta lógica de reprodução se fortalece com a abertura de novas fronteiras de acumulação e a reorganização produtiva pós-1970. Esta reorganização consiste em transformações na forma do fordismo para a acumulação flexível (HARVEY, 2008). Segundo o autor

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (p. 140).

Sendo assim, o capitalismo constantemente se reorganiza e elabora tentativas de contenção das contradições mais evidentes em crise. Uma potencial dificuldade - contradição - para a reprodução do capital se encontra em David HARVEY (2011) quando se afirma que a disponibilidade de mão-de-obra deixa de ser um problema em si, entretanto gera-se uma massa de desempregados e de baixos salários para empregados, de forma que falta demanda de base dinheiro para a necessária expansão da produção.

É notável a forma pela qual o setor se organiza, sendo semelhantes as estratégias de reprodução, com priorização dos segmentos digitais (EaD) e Premium, fechamento de campus e expansão de polos EaD. Em nenhum momento se menciona o aumento da qualidade, a expansão da pesquisa ou a valorização de professores.

Conclui-se que o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo produz, também, contradições em seu funcionamento que podem se tornar irreparáveis. Muito embora o capital constitua um modo de produção flexível no sentido de se reconfigurar em suas crises, estes rearranjos podem até mesmo agravar suas crises em longo prazo. O trabalho e a educação são categorias sociais que podem expressar, através das contradições, a negatividade que a própria tautologia do capital impõe em sua reprodução. A fonte destas transformações na educação é a própria história movida pela busca da mais-valia, mobilizada pelas contradições da estrutura do capital.

REFERÊNCIAS

ABMES, Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior. **Número de estudantes inadimplentes no FIES tem alta de 88,57% durante a pandemia.** <<https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3860/numero-de-estudantes-inadimplentes-no-fies-tem-alta-88-57-durante-a-pandemia>>.

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. **Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade.** Temporalis, Brasília, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

ALMEIDA FILHO, Naomar. **A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. Vikings.** v. 32 n. 32 (2016): Revista Lusófona de Educação

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo.** 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALVES, Glória da Anunciação. **A lógica e os embates na produção da cidade: o caso de São Paulo.** *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, núm. 218 (44), 2006.

ALVES, Glória da Anunciação. **As centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito à cidade.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia Urbana Crítica: teoria e método.** São Paulo: Contexto, 2018.

ARAÚJO FILHO, Antônio José Albuquerque de. **A EaD e a mercantilização da universidade brasileira.** Fortaleza: Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Ceará, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul.** Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 45, n. 2, p. 135-146, Dec. 2002

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. **Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades.** Educ. Soc. , Campinas, v. 36, n. 131, pág. 361-390, junho de 2015.

BORGES, Ângela. **Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados.** Gest. Ação, Salvador, v.9, n.1, p.85-102, jan./abr. 2006.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2^a Edição, 2000.

CHANG, Ha-Joon. **23 Coisas que não nos contaram sobre o capitalismo.** São Paulo: Cultrix, 2013. 1 Ed.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **Política de expansão da educação superior no Brasil - o Prouni e FIES como financiadores do setor privado.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v.32, n.04, p. 49-72, Outubro-Dezembro, 2016.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. **Evolução da Educação Superior Privada no Brasil: da Reforma Universitária de 1968 à década de 2010.** Radar, 46, ago. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado.** Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829, Oct. 2007.

DAMIANI, Amélia Luísa (org.). **O futuro do trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro.** São Paulo: AGB/SP, LABUR/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. DG/FFLCH/USP, 2006, 1^a edição.

FIORAVANTI, Lívia Maschio. **Da periferia à centralidade: reestruturação do espaço e valorização imobiliária no bairro do Jaguaré, São Paulo..** São Paulo: FFLCH, 2013

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 2008. 17^a edição.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo , 2011. 1^a edição.

LENCIONI, Sandra. **Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo.** Rev. geogr. Norte Gd., Santiago, n. 39, p. 7-20, 2008

MACENO, Talvanes Eugênio. **A Impossibilidade da Universalização da Educação.** São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo; MARTINS, Tânia Barbosa. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995 - 2010.** Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 60, jan.-mar. 2015.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I.** São Paulo: Boitempo: 2^a edição. 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro 1, v. 1 e 2. 13^a edição, 1989.

MATTOS, Valéria de Bettio; BIANCHETTI, Lucídio. **Educação continuada: solução para o desemprego?** Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 117, p. 1167-1184, out.-dez. 2011.

PEREIRA, T. L. **Monopolização do Ensino Superior privado no Brasil por meio de processo de fusões e aquisições:** o grupo UNIESP em questão. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2017.

RIZÉRIO, Lara. **Cogna dá mais um passo em sua estratégia ao negociar compra de ativos da Eleva, mas ainda há obstáculos no caminho.** Infomoney, 07/01/2021. <<https://www.infomoney.com.br/mercados/cogna-da-um-passo-a-frente-em-sua-estrategia-ao-negociar-compra-de-ativos-da-eleva-mas-ainda-ha-obstaculos-no-caminho/>>

SAKATE, Marcelo. **Cogna: marketplace de ensino e redução de campus para voltar a crescer.** Exame, 14/12/2020. <<https://exame.com/invest/cogna-marketplace-de-ensino-e-reducao-de-campus-para-voltar-a-crescer/>>

SCARLATO, Francisco Capuano; ALVES, Glória da Anunciação. **São Paulo: uma metrópole em constante mutação.** Boletim Paulista de Geografia v. 100, p. 156 - 172, 2018b.

SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior privado como setor econômico.** 2002. Acesso em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/suppriv.pdf>

SILVA, Tatiana de Amorim Maranhão Gomes da. **Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades. 2009.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SPOSITO. **Estructuração urbana e Centralidade.** In: Anais do III Encontro de geógrafos da América Latina. México-Toluca, 1991.

TRAINA-CHACON, José-Marcelo; CALDERON, Adolfo-Ignacio. **A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula.** Rev. iberoam. educ. super, México , v. 6, n. 17, p. 78-100, dic. 2015

TRINDADE, Iago. **Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017.

VALLE, Karla Fernanda; LEITE, Janete Luzia. **Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, p. 109-129, Apr. 2018.

VIANA, Giomar. LIMA, Jandir Ferrera de. **Capital humano e crescimento econômico.** Campo Grande: Interações, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010.

VOLOCHKO, Danilo. **A produção do espaço urbano e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo.** São Paulo: FFLCH, 2008. 1^a Edição.

YRIGOYEN, Coro Chasco. **El Geomarketing y la Distribución Comercial.** Investigación y marketing, ISSN 1131-6144, Nº. 79, 2003, págs. 6-14